

*“Fomos batizados pelo mesmo Espírito para formar um só corpo”. I Co. 12.13
Gosto muito deste texto do apóstolo Paulo. Sua comparação ajuda a compreender a dinâmica da Igreja de Jesus Cristo – muitas partes, todas importantes e, ainda assim, um só corpo. Não perder a visão do todo – e ter a clareza do seu papel específico neste todo, que é o corpo de Cristo – é um grande desafio.*

Com as palavras acima, publicadas na edição de janeiro/fevereiro de 2008 do Jornal Evangélico Luterano, iniciamos o presente relatório. Como Secretaria Geral, nos entendemos parte da Igreja de Jesus Cristo e, como tal, da IECLB. Somos parte de uma grande orquestra, onde cada grupo de instrumentos e cada músico têm um compromisso específico com a execução da música a ser apresentada, constante no repertório, qual seja, sua missão. A estrutura organizacional, para chegar até o grande concerto, requer muita dedicação, sensibilidade, parceria e cumplicidade, porque não se trata apenas de tocar, mas também de interpretar uma mensagem e uma paixão que foram impregnadas em cada nota musical por ocasião da composição da obra. Tudo isto requer, portanto, o exercitar os talentos que recebemos de Deus, nosso profissionalismo, nossa racionalidade, nosso desprendimento, nossos sentimentos, nossa paixão, nosso foco no objetivo final (Constituição da IECLB art. 3º e 6º). Fundamental, neste processo todo permeado de peculiaridades e etapas, contudo, não é a individualidade de cada músico e o seu instrumento, por mais importante que cada um seja. No final, no concerto para valer, o que vai aparecer, e o que realmente valerá, é o conjunto da obra.

1. Comentários iniciais

Para que os conciliares e as conciliares possam avaliar melhor este relatório, consideramos necessário, primeiramente, situar a Secretaria Geral nesta orquestra chamada IECLB.

1.1 – Nossa responsabilidade

Como Secretaria Geral, temos responsabilidades bem específicas:

- executar a administração central da IECLB;
- orientar as demais instâncias em matéria de economia, finanças, patrimônio e recursos humanos, assessorando-as também na dinamização das atividades da Igreja;
- executar o orçamento geral da IECLB.

Temos também responsabilidades que são comuns a todos os músicos da orquestra IECLB – membros, obreiros, presbíteros, conselheiros e delegados, comunidades, paróquias, sínodos, instituições e setores de trabalho:

- observar os fundamentos da IECLB expressos no art. 5º da Constituição da IECLB;
- promover, no seu fazer diário, os objetivos fundamentais da IECLB, constantes nos artigos 3º e 6º da Constituição;
- observar as disposições da Constituição e do Regimento Interno da IECLB, assim como os demais documentos normativos.

1.2 – Nossas metas

O exercício do planejamento para todas as instâncias da IECLB já está previsto no PAMI 2000-2007. Ainda assim, formalmente, não foram colocadas metas para a Secretaria Geral por parte das instâncias diretivas que estivessem contempladas num planejamento global para a instituição. Isto, de um lado, permite grande liberdade de ação. Por outro lado, sobrecarrega e dispersa, porque nos tornamos reféns de demandas que, somadas às outras tantas que já existem, nos levam a resultados pouco significativos.

Como administração eclesiástica, entendemos que a construção de um planejamento estratégico realista, pertinente, que considere o que já existe, que seja eficaz, é decisivo para a missão e a unidade da IECLB. Este planejamento geral, no qual nos inserimos, e a partir do qual planejamos, contudo, não depende de nós. É definido por Concílios e pelo Conselho da Igreja, através de planos, como, por exemplo, o Plano de Ação Missionária da IECLB/PAMI.

O que depende apenas de nós é a forma como nos posicionamos frente à tarefa que nos é confiada. Isso fazemos, desafiados diariamente por Rm 12.16: “ter por todos o mesmo cuidado”. Neste biênio, como no biênio passado, continuamos seguindo o propósito de “cuidar bem do bem da IECLB”.

1.3 – Nosso lugar

O papel da Secretaria Geral é executivo. Prestamos suporte administrativo à Presidência, a quem cabe - no desempenho de sua atribuição de coordenar a atividade eclesial da IECLB, zelando pela unidade e identidade confessional – supervisionar as atividades da Secretaria Geral.

Quem controla e fiscaliza nossas atividades, assim como das demais administrações na IECLB, é o Conselho da Igreja, que é composto por um representante de cada Sínodo.

Como os Sínodos são as 18 unidades descentralizadas da IECLB, cabe à Secretaria Geral:

- repassar-lhes as decisões das instâncias diretivas;
- a execução orçamentária dos recursos disponíveis para os Sínodos;
- a assessoria aos Presidentes e Pastores Sinodais nos assuntos de ordem administrativa.

1.4 – Condições

As condições que nos foram dadas neste biênio para o desempenho de nossas responsabilidades foram:

- 1.4.1 **estrutura física:** A Secretaria Geral ocupa, juntamente com a Presidência, espaço físico no Centro Evangélico, à Rua Senhor dos Passos, 202, em Porto Alegre/RS, onde também se localizam a Paróquia Matriz e a Comunidade Evangélica (união paroquial) de Porto Alegre. Este espaço carece de investimentos urgentes nos próximos meses em função da fragilidade de sua rede elétrica desgastada pelo tempo. Investimentos feitos nesse último biênio foram os de manutenção. O espaço físico já não permite mais agregar outros colaboradores ou qualquer outro tipo de demanda.
- 1.4.2 **recursos financeiros:** Os recursos para a manutenção dos serviços provêm do orçamento geral da IECLB. O Conselho da Igreja tem sido sensível às solicitações de investimento, especialmente de pessoal.
- 1.4.3 **equipe:** somos, hoje, 33 colaboradores e colaboradoras: 7 no nível estratégico, 6 no gerencial e 20 no operacional. Com relação ao quadro apresentado ao último Concílio, houve um acréscimo de três colaboradores. Em julho de 2008, o Conselho da Igreja aprovou a reativação e o provimento da Secretaria de Finanças (antiga Secretaria de Economia), e o provimento da Coordenação de Gênero/Etnias e Gerações, criada pelo Conselho da Igreja em março de 2005. No nível gerencial e operacional, além das trocas normais de ocupantes, houve acréscimo de um colaborador na área de Finanças e de dois estagiários na Informática e a redução de um cargo no Banco de Dados e um na Telefonia. Com a atual configuração de colaboradores, novas demandas só deveriam ser repassadas com definição clara sobre a priorização a ser dada no atendimento às demais atribuições já existentes, observando-se atividades, recursos e estrutura.
- 1.4.4 **respaldo:** contamos com o apoio da Direção da IECLB. Decisões e normas carecem de maior respaldo, pois, no biênio, investimos tempo em explicar o processo que leva às decisões que foram tomadas legitimamente pelo Conselho da Igreja ou pelo Concílio.
- 1.4.5 **normas:** entendemos que as normas que regram as competências e atribuições da Secretaria Geral, constantes nos documentos normativos da IECLB, são claras. Carecemos, contudo, de regulamentações específicas em diversas áreas, especialmente na relação da instituição IECLB com seus obreiros e obreiras; carecemos de instrumentos para encaminhar as situações de descumprimento de normas.
- 1.4.6 **políticas:** carecemos de políticas gerais nas áreas de Formação, Ministérios, Finanças, Comunicação, Missão.

2. Desempenho

2.1.– Secretaria de Formação

Na área da Formação, a Secretaria Geral conta com uma Secretaria, coordenada pelo P. Dr. Romeu R. Martini, que ocupa o cargo desde 01/07/2003. Essa Secretaria cumpre, atualmente, as seguintes tarefas principais:

- coordenar o Departamento de Educação Cristã, integrado à Secretaria Geral por decisão do Conselho da Igreja, em 2005;
- articular, a partir da retomada em 2004 (com avaliação no Concílio de 2006), a elaboração de um Plano de Educação Cristã Contínua para a IECLB;

- ser ponte administrativa entre a Direção da Igreja e os Centros de Formação Teológica e a Rede Sinodal de Educação;
- coordenar a administração do Fundo Rotativo de Financiamento e do Fundo de Crédito para Formação Teológica, tarefa historicamente exercida por essa Secretaria;
- coordenar a aplicação dos recursos destinados pelo orçamento central para apoiar estudantes de teologia (Bolsas de Incentivo);
- intermediar a relação entre estudantes de teologia e a Direção da IECLB no tocante a reivindicações suas com vistas a apoios financeiros dados pela igreja;
- tramitar os projetos trienais de recursos do fundo *Crescendo na Missão e na Unidade* (obtidos da Federação Luterana Mundial) e de outras entidades (como a Igreja Evangélica Luterana na Baviera) e sua aplicação anual através de pequenos projetos de apoio a cursos e seminários;
- tramitar os processos anuais de estudo autoprogramado;
- coordenar o trâmite de projetos de estudo de pós-graduação de obreiros, encaminhados através do Pró-Educ;
- coordenar a elaboração de materiais de divulgação e de estudo da Campanha Tema do Ano;
- ser ponte administrativa entre a Direção da Igreja e a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, mantenedora de entidades que atuam na IECLB (escolas da Rede Sinodal, CAPA, COMIN);

No desempenho de suas tarefas, a Secretaria de Formação conta, especificamente, com:

- *Diretrizes da Política Educacional da IECLB*, aprovadas pelo Conselho da Igreja em novembro de 2003 e publicadas no Boletim Informativo 185;
- *Perfil da formação teológica de um obreiro da IECLB*, aprovado pelo Conselho da Igreja em outubro de 2001 e publicado no Boletim Informativo 174;
- PAMI – Plano de Ação Missionária da IECLB;
- *Critérios para concessão de subsídios a cursos e seminários*, aprovados pela Diretoria do Conselho da Igreja em fevereiro de 2002 e publicados no Boletim Informativo 174;
- *Critérios para a concessão de Bolsas de Incentivo*, resoluções 036 e 012, publicadas, respectivamente, nos Boletins Informativos 175 e 170;
- Resoluções 037 e 022 ref. dívidas com os Fundos de Financiamento e de Crédito, publicadas, respectivamente, nos Boletins Informativos 175 e 173;
- Regulamentos dos Fundos de Crédito para Formação Teológica e Rotativo de Financiamento;

No relatório para o último Concílio, propusemo-nos a consolidar:

- educação: buscar formas de priorizar e ampliar a educação cristã dos membros em geral, com destaque à formação de lideranças leigas, entre as quais está a reavaliação dos investimentos financeiros (foi afirmado que este objetivo depende fundamentalmente de decisões políticas tomadas pelos sínodos); investir na relação com a Rede Sinodal de Educação, obtendo melhor definição acerca da responsabilidade pública da IECLB na área da educação formal;
- formação de obreiros e obreiras: buscar maior diálogo com os centros de formação, promover a elaboração de uma política de formação com vistas ao Ministério com Ordenação, propor a reavaliação dos investimentos financeiros nessa área e trazer novamente à pauta a necessidade de definição da relação eclesial com os centros de formação.

2.1.1. Educação formal e educação cristã

O compromisso com a educação, especificamente, a educação cristã, é uma traço do rosto da IECLB. No caso da educação formal, a teologia e o testemunho da IECLB se dão através da Rede Sinodal de Educação, dos centros de formação teológica (a pesquisa, a produção teológica e pedagógica, os mais diversos cursos), bem como através da atuação de educadoras e educadores em escolas e órgãos públicos por todo o Brasil. A ação e as administrações desses setores estão descentralizadas. À Secretaria de Formação cabe assessorá-las na promoção das decisões e políticas da IECLB. Nesse sentido, a Secretaria de Formação participou de diversas reuniões e eventos realizados pela Rede Sinodal (como Assembléias de Diretores), que buscaram compreender e definir com mais clareza o papel de escolas de cunho luterano, bem como o papel da própria Rede como entidade que promove a educação em nome da IECLB, representando-a.

Após a decisão do Concílio de 2006, a Secretaria de Formação deu continuidade à articulação junto aos Sínodos para a elaboração do Plano de Educação Cristã Contínua. Para isso, participou de seminários e reuniões sinodais e organizou e coordenou o 3º. Seminário Nacional de Educação Cristã, em outubro de 2007, em Porto Alegre, que contou com a participação de representantes de 16 Sínodos, dos Centros de Formação Teológica, de Movimentos e de Editoras, cujos custos foram cobertos com recursos oriundos de projeto específico apoiado pela Igreja Evangélica Luterana na Baviera. Esse seminário culminou com a formatação do Plano de Educação Cristã Contínua, remetido aos Sínodos em junho de 2008, e a decisão de que 2008 seria tempo de articulação e discussão desse tema nos sínodos. Os sínodos que promoveram seminários com essa discussão contaram com a presença de representantes da Secretaria Geral (integrantes do Departamento de Educação Cristã e do Secretário de Formação).

Na prática, o processo para a definição e adoção de um plano nacional conjunto para a educação cristã revela-se um processo mais demorado do que o planejado e esperado. Entretanto, parece haver a necessidade desse tempo, se é que se quer construir um plano que seja fruto da participação que nasce e se desenvolve com o envolvimento de todas as instâncias. Neste momento, o Plano de Educação Cristã Contínua, também conhecido pela sigla PECC, é um texto em estudo. Os Sínodos, especialmente os seus conselhos encarregados da educação cristã, têm diante de si a possibilidade de definir o que querem e esperam para essa área, buscando o fortalecimento da unidade da IECLB. A Secretaria Geral, através da Secretaria de Formação, entende-se como coordenadora desse processo. O aval final será do Conselho da Igreja ou do Concílio.

Enquanto isso, o PECC já inspira e orienta diversas instâncias no planejamento e na efetiva realização de projetos de educação. Cursos, seminários, formação de lideranças, publicação de materiais – mais e mais essas iniciativas são vistas pela ótica da base pedagógica e da fundamentação teológica que constam como *pontos acordados* dentro do Plano.

Em termos nacionais, uma mudança significativa, fruto de avaliações realizadas em Seminários Nacionais de Culto Infantil e da reflexão a partir do Plano de Educação Cristã Contínua/PECC, é a publicação do material *Encontros Bíblicos com Crianças I*, que substitui o Manual para o Culto Infantil (que teve 36 edições). *Encontros Bíblicos com Crianças I* (o número II está na gráfica) é resultado do trabalho direto do Departamento de Educação Cristã, que coordenou um grupo de pessoas que produziu os textos e, depois, revisou e deu a versão final, em parceria com a Editora Sinodal. Após a publicação, esse Departamento coordenou um Seminário Nacional para representantes sinodais que puderam compreender a essência desse novo material, multiplicando esse conhecimento nos sínodos. Para custear as despesas dos participantes nesse seminário nacional, a Secretaria Geral obteve o apoio financeiro da Igreja Evangélica Luterana na Baviera,

Os pontos já acordados no Plano de Educação Cristã Contínua/PECC estão orientando a elaboração de todo o material de apoio aos Temas do Ano de 2007, 2008 e 2009. Em conexão com seu planejamento específico, os cadernos de estudo do Tema do Ano vêm contemplando, mais e mais, e de forma integrada, as distintas fases da vida (crianças, adolescentes/jovens, adultos), sublinhando a importância estratégica da capacitação de lideranças comunitárias para a coordenação de iniciativas que valorizem o Tema, como estudo em grupos, celebrações, ações diaconais e projetos, fazendo dele um meio propício de fortalecimento da unidade na IECLB.

O Departamento de Educação Cristã, juntamente com a Coordenação de Diaconia, além de produzir os diversos materiais de promoção da Campanha Tema do Ano, inovou ao se dispor para coordenar os Seminários para Multiplicadores do Tema do Ano nos Sínodos. Em consonância com o Plano de Educação Cristã Contínua/PECC, o objetivo desses seminários é o de preparar lideranças que, no contexto das prioridades sinodais, promovam a reflexão e o planejamento de ações derivadas do Tema e do Lema da IECLB. Lideranças manifestaram-se, dizendo que “os seminários foram motivadores e poderiam continuar acontecendo”. Há quem sugere que se pense “em formar multiplicadores do Tema através de um curso via internet”. Importante é que haja “um grande envolvimento do Tema do Ano com a comunidade, pois ela acaba entendendo melhor o seu significado e aprende a aplicar o mesmo”.

A opção pela priorização interna da promoção da elaboração do Plano de Educação Cristã Contínua/PECC e dos Seminários de Multiplicadores do Tema do Ano deixou para segundo plano demandas igualmente importantes, dentre as quais destacamos: a revisão do material para o Ensino Confirmatório, o papel da IECLB diante do Ensino Religioso nas escolas, materiais desejados para o trabalho com jovens, Manual do Presbítero.

Na área de cursos e seminários sinodais, passaram pela Secretaria de Formação neste biênio os seguintes projetos para obtenção de recursos financeiros, de acordo com os Critérios para a concessão de subsídios a cursos e seminários (Resolução 039/2002):

Crescendo na Missão e na Unidade
 Seminários Nacionais de Educação Cristã Contínua
 Seminários Sinodais de Educação Cristã Contínua
 Seminário Nacional de Equipes Sinodais Multiplicadoras do Trabalho com Crianças
 Seminários Sinodais de Multiplicadores do Tema do Ano

Os recursos implicados nessas iniciativas provêm, essencialmente, da Federação Luterana Mundial, da Igreja Evangélica Luterana na Baviera (FA-LA – Fachauschuss Lateinamerika), da LUTERPREV, da OASE Nacional e da Oferta Nacional para Educação Cristã.

A Secretaria, em especial o Departamento de Educação Cristã, neste biênio também abrigou a demanda administrativa da Juventude, colaborando com:

- apoio na organização do CONGRENAGE;
- administração da realização de intercâmbio de jovens entre a Igreja da Suécia e a IECLB (jovens foram para lá e jovens vieram de lá para cá);
- apoio para a realização de intercâmbio de jovens com a Igreja Evangélica Luterana na Baviera;
- apoio para a realização de intercâmbio de jovens com a Igreja Evangélica Luterana da América do Norte.

A Secretaria de Formação também coordenou um grupo de trabalho, a partir do pleito manifesto no Concílio Geral de 1990, reiterado no encontro de Pastores e Pastora Sinodais com a Presidência, em setembro de 2007, para a elaboração do DVD com recursos para motivar e orientar o tema *Crianças na Ceia do Senhor*. O DVD, que será lançado neste XXVI Concílio, oferece subsídios para que as comunidades reflitam, estudem, celebrem e, de forma livre e consciente, avancem na direção da celebração da ceia do Senhor com a presença plena de todos os membros batizados.

2.1.2. Formação teológica com vistas ao Ministério com Ordenação

Nos últimos anos, a formação teológica de pessoas que almejam atuar como obreiros e obreiras na IECLB vem sendo avaliada sob diversos aspectos. Sínodos, como o Mato Grosso, manifestaram-se, solicitando a revisão do modelo de formação teológica, apontando a necessidade de que venha mais ao encontro das *expectativas e necessidades* das comunidades. O Conselho da Igreja tem insistido na necessidade de revisão do percentual de recursos financeiros destinados à formação teológica e na elaboração de estudos a respeito do número de ingressos anuais no Ministério com Ordenação. A redução de apoios financeiros recebidos de Igrejas-irmãs e cortes no orçamento geral da IECLB exigiram a revisão do percentual da Bolsa de Incentivo (gratuidade) de estudantes de teologia, a ponto de o Concílio de 2006 ter decidido pela redução para até 50% de auxílio. Já os centros de formação viram-se obrigados a revisar suas estruturas, sobretudo do corpo docente, em vista do aumento dos custos e da redução do número de estudantes.

Alguns dados permitem uma compreensão melhor desse assunto:

	EST	FATEV	FLT	Total
Número de bolsistas em 2003	195	61	15	271
Número de bolsistas em 2006	170	58	24	252
Número de bolsistas em 2008	117	44	26	187
O custo do estudo em 2003	R\$ 5.800,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.080,00	
O custo do estudo em 2006	R\$ 7.420,00	R\$ 6.000,00	R\$ 7.080,00	
O custo do estudo em 2008	R\$ 8.280,00	R\$ 6.829,00	R\$ 7.944,00	
R\$ em bolsas em 2004	R\$ 804.483,86	R\$ 201.908,64	R\$ 70.138,20	
R\$ em bolsas em 2007	R\$ 492.000,00	R\$ 150.930,98	R\$ 86.442,76	
Teto para a Bolsa de Incentivo 1999 a 2000		Até 67%		
Teto para a Bolsa de Incentivo 2001 a 2002		Até 62%		
Teto para a Bolsa de Incentivo 2003 a 2006		Até 60%		
Teto para a Bolsa de Incentivo 2007 a 2008		Até 50%		

Fonte: Banco de Dados da IECLB

A Secretaria de Formação, buscando a informação correta e procurando explicar as decisões tomadas pela Direção da Igreja em relação aos apoios financeiros que a IECLB concede a quem estuda Teologia, vai ao encontro dos centros de formação (participando nos seus Conselhos

Curadores). Particularmente, tem ido ao encontro dos estudantes, dialogando com eles nos seus locais de estudo ou recebendo grupos em Porto Alegre.

A necessidade que os centros de formação teológica enfrentam para ampliar as fontes de receita, ao lado do seu reconhecimento pelo Estado, fez com que se abrissem para o mercado estudantil amplo, além dos jovens oriundos da IECLB. Disso decorrem novos desafios com vistas à formação esperada pelas comunidades da IECLB.

Diante desse quadro, a Diretoria do Conselho da Igreja decidiu, em 2007, convocar um fórum para discutir a formação teológica na IECLB, encarregando a Secretaria de Formação com sua organização. Esse fórum foi realizado nos dias 23 e 24/07/2008, sob a coordenação da Diretoria do Conselho da Igreja, com participação de representantes das três casas de formação teológica, suas mantenedoras, a Diretoria do Conselho da Igreja, coordenadores das Comissões Técnicas de Formação e de Planejamento, da Presidência e da Secretaria Geral, com os custos assumidos pelo orçamento geral da IECLB. As principais conclusões do fórum foram:

(a) existe a necessidade de tratar a relação entre as três casas de formação e a relação delas com a instituição Igreja: que haja diálogo, cooperação, acompanhamento;

(b) que haja reflexão sobre a formação desenvolvida nos centros de formação e sua repercussão nas comunidades. Sente-se falta de conexão entre estudo e pesquisa teológicos e a realidade comunitária. Falta devolver o fruto das pesquisas para a igreja. Há a constante necessidade de auto-avaliação dos centros em relação às expectativas da Igreja. Urge perguntar como englobar na pesquisa o que é essencial para a comunidade. Há distância entre centros de formação e a realidade das comunidades. Precisa haver maior inserção dos estudantes e dos docentes na realidade das comunidades. A igreja também precisa definir temas relevantes para serem objeto de pesquisa. É preciso revisar o modelo de formação que forma pesquisadores, deixando tudo em "gavetinhas", fazendo com que estudantes concluam o curso e tenham enorme dificuldade de sistematizar o que aprenderam. É urgente revisar os currículos;

(c) é tarefa precípua dos centros de formação acompanhar os estudantes de forma ampla, sobretudo aqueles que almejam atuar na IECLB. À Secretaria Geral (através das Secretarias de Formação e de Habilitação ao Ministério) cabem tarefas nesse tocante, como: dar um *feedback* sobre resultados e indicadores dos últimos exames de admissão ao PPHM; ver em conjunto como realizar avaliação psicológica de candidatos pretendentes ao Ministério na IECLB; definir mecanismos de acompanhamento e avaliação dos bolsistas. Deve ficar claro que, por força da lei, a Igreja está impedida de interferir no processo de formação. Ainda assim, entende-se que pela via do bom senso é possível estabelecer formas de acompanhamento que façam chegar aos estudantes a expectativa da Igreja;

(d) o fórum propôs ao Conselho da Igreja um estudo acerca da Bolsa de Incentivo (gratuidade), com tomada de decisões em novembro de 2008.

Com base nessas proposições do fórum, a Diretoria do Conselho da Igreja decidiu que a Secretaria Geral, sob a coordenação da Secretaria de Formação, realizará reuniões para aprofundar a discussão de dois grandes temas, com vistas à apresentação de propostas em meados de 2009: (I) com os centros de formação, para tratar dos pontos "a", "b" e "c" acima destacados; (II) com representantes da Faculdades EST, da Comunhão Diaconal, da Irmandade Luterana, da Congregação de Catequistas, da Associação de Pastores e Pastorais e da Associação Diacônica Luterana, para tratar da formação diaconal e catequética.

2.1.3. Estudo complementar e pós-graduação

A Secretaria de Formação coordena o encaminhamento de projetos ao estudo autoprogramado, que é patrocinado pela EKD – Igreja Evangélica na Alemanha. Trata-se de oportunidade ímpar para obreiros e obreiras e outras lideranças que queiram aprofundar sua formação através de programas de estudo de até três meses na Alemanha. Neste biênio, foram nove os projetos realizados.

Outros são os projetos aprovados em nível de pós-graduação. Estes tramitam pelo Pró-Educ - Serviço de Projetos de Desenvolvimento em Educação. Mas, no caso de obreiros, a Secretaria de Formação zela pelo encaminhamento desses projetos para obter o aval do Conselho da Igreja. Neste momento, são seis os obreiros que fazem Doutorado na Alemanha. Outros quatro estão no Mestrado no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, em São Leopoldo.

2.1.4. Expectativas

Expectativas da Secretaria Geral na área da Formação para o próximo biênio são:

- os encaminhamentos legais para a votação do Plano de Educação Cristã Contínua/PECC, para que ele se torne a base teológica e pedagógica para o planejamento de ações conjuntas e integradas na área da educação cristã em toda a IECLB;
- a participação efetiva dos Sínodos e das outras instâncias da IECLB na divulgação e operacionalização do Plano de Educação Cristã Contínua/PECC;
- a utilização do Plano de Educação Cristã Contínua/PECC como indicativo teológico e pedagógico para o planejamento das ações do eixo *formação* do PAMI 2008-2012;
- a definição, por parte da Direção da Igreja, de políticas específicas na área da educação cristã, como para o Ensino Confirmatório, bem como para o Ensino Religioso e outros temas candentes como HIV/AIDS;
- a definição do papel de conselhos nacionais, como o Conselho Nacional de Juventude, e de políticas para áreas estratégicas, como o da missão junto aos jovens;
- a promoção, por parte da Direção da Igreja, do diálogo com os centros de formação de obreiros e com a Rede Sinodal de Educação, visando maior integração de ações e objetivos, avaliação de apoios e co-responsabilidades, com vistas à construção de uma política de formação teológica e educação formal;
- indicação de grandes demandas sinodais (recursos, temas, assessorias) que orientem o planejamento da Secretaria de Formação, levando em consideração as atribuições da Secretaria Geral;
- a obtenção de clareza sobre o papel administrativo da Secretaria de Formação na relação com os centros de formação teológica e a Rede Sinodal, definindo quem faz as custuras políticas e eclesíásticas e a quem cabe a definição das estratégias necessárias na área da educação formal, da formação teológica (inclusive formação continuada de obreiros) e educação cristã ampla.

2.2.- Secretaria do Ministério com Ordenação

“Nessa missão de vida, minha maior alegria é despedir-me de uma Comunidade sorridente à porta da Igreja, após o culto, para mais uma semana para servir ao bom Deus. Igualmente, saber-me carregado por um Presbitério crente e confiável. Minha evocação silenciosa é que o Espírito Santo infunda em nós, evangélicos luteranos, mais fé, esperança e amor. Amém!” (P. Rolf Baade, no Jornal Evangélico Luterano de setembro 2008)

Na área do Ministério com Ordenação, a Secretaria Geral conta com uma Secretaria, coordenada pelo P. Ms. Edson E. Streck, que ocupa o cargo desde 01/07/2003. Esta Secretaria cumpre, atualmente, as seguintes tarefas principais:

- dar suporte de natureza administrativa nas demandas pertinentes à gestão de obreiros e obreiras;
- prestar orientação e assessoria sobre documentos normativos e regulamentações nos assuntos referentes ao Ministério com Ordenação;
- manter o controle e o registro da vida ministerial dos obreiros e obreiras (nascimento, alteração do estado civil, formação continuada, falecimento...);
- analisar, propor, encaminhar e comunicar assuntos relativos à vida ministerial: Certificado de Habilitação (concessão, suspensão, revogação, restabelecimento da validade), transferência, novo envio (assessorando a Presidência), instalação, licença (por motivos particulares, para cargo político, para estudo complementar, maternidade, para proteção à saúde), reconhecimento da atividade ministerial de quem atua em âmbitos diversos (assessorando a Presidência), disponibilidade, entrada na inatividade...;
- fazer o encaminhamento administrativo, em diálogo com outros setores, de assuntos referentes à subsistência de obreiros e à contribuição previdenciária.

No desempenho de suas tarefas, a Secretaria conta, especificamente, com:

- Estatuto do Ministério com Ordenação - EMO, aprovado pelo Concílio de 2002 e publicado no Boletim Informativo 177;
- Ordenamento Jurídico-Doutrinário – OJD, aprovado pelo Concílio de 2002 e publicado no Boletim Informativo 177;
- Documento sobre o Ministério Compartilhado, aprovado pelo Concílio de 1994 e publicado no Boletim Informativo 141;

- Normas da Política de Subsistência na IECLB para Obreiros e Obreiras para os quatro Ministérios com Ordenação, atualizadas conforme decisões do Concílio de 2004 e publicadas no Boletim Informativo 188;
- PAMI – Plano de Ação Missionária da IECLB;
- Roteiro de Procedimentos para Ingresso de Obreiro ou Obreira em Campo de Atividade Ministerial, aprovado pelo Conselho da Igreja em março de 2005 e publicado no Boletim Informativo 186;
- Modelos de Termo de Atividade Ministerial para atuação em tempo integral e para atuação voluntária, aprovados pelo Conselho da Igreja em março de 2004 e publicados no Boletim Informativo 182;
- Resolução 079, que regulamenta o Reconhecimento do Exercício do Ministério Eclesiástico como Atividade Ministerial, aprovada pelo Conselho da Igreja em dezembro de 2007 e publicada no Boletim Informativo 193;
- Resolução 078, que regulamenta a Entrada de Obreiros e Obreiras em Inatividade, aprovada pelo Conselho da Igreja em dezembro de 2007 e publicada no Boletim Informativo 193.

No relatório para o último Concílio, propusemo-nos a consolidar:

- Colocação de obreiros de todos os ministérios: buscar alternativas de colocação, a partir da definição pelo Conselho da Igreja dos campos de atividade ministerial;
- Documentos normativos: buscar resoluções complementares, como para avaliação de campos e de obreiros;
- Habilitação: encaminhar a concessão dos certificados de habilitação;
- Campos de atividade ministerial: buscar definição para situações novas;
- Termo de Atividade Ministerial: adequação para situações como ministério voluntário, compartilhado;
- Acompanhamento a obreiros: buscar o esclarecimento das responsabilidades para encontrar melhores formas de acompanhamento.

2.2.1 - Elaboração, aprovação e implantação de regulamentações complementares ao Estatuto do Ministério com Ordenação – EMO

Há transições que exigem mudanças rápidas. Outras necessitam do devido tempo para que sua implantação se cristalice. Estas duas formas distintas de transição estão presentes nos temas que envolvem a Secretaria do Ministério com Ordenação. Algumas resoluções tomadas pelo Concílio ou pelo Conselho da Igreja, que incidem sobre a vida de obreiros e obreiras, passam a valer de imediato. A maior parte, contudo, necessita de tempo para elaboração e assimilação. O fato de um novo regulamento ser aprovado num dia, por exemplo, não significa que no dia seguinte já esteja de todo em vigor. Isto se verifica em especial na implantação do Estatuto do Ministério com Ordenação – EMO, aprovado no Concílio de 2002. No primeiro semestre do ano seguinte, a elaboração, aprovação e implantação de regulamentações complementares ao EMO passaram a receber prioridade. Novas regulamentações foram aprovadas pelo Conselho da Igreja. Alguns temas novos surgiram com a aprovação do EMO; outros careciam da devida adaptação e detalhamento.

Algumas regulamentações complementares ao EMO, descritas abaixo, já se encontram em vigor, mesmo que sua implantação ainda não esteja de todo concluída. Outras se encontram em fase de elaboração e estudo. Várias, porém, ainda necessitam passar pelo processo que prevê análise cuidadosa, redação, avaliação, aprovação, divulgação e implantação. Para o encaminhamento das questões apresentadas, é necessário que haja normas claras.

2.2.1.1 - Regulamentações já aprovadas pelo Conselho da Igreja

2.2.1.1.1 - Certificado de Habilitação

A concessão dos Certificados de Habilitação a quem já integrava o quadro de obreiros e obreiras da IECLB é uma etapa praticamente concluída. Até o presente momento, o Conselho da Igreja aprovou a concessão deste certificado a 1035 obreiros e obreiras: 822 do ministério pastoral, 127 do ministério diaconal, 57 do ministério catequético e 29 do ministério missionário.

Cabe, a partir daí, verificar a validade de cada um destes certificados. Esta é uma tarefa conjunta que compete aos Sínodos e à Secretaria do Ministério com Ordenação. Mais de uma centena de obreiros e obreiras ainda não solicitou seu Certificado de Habilitação. Outros, que já o receberam, encontram-se em situação irregular ou indefinida. À medida que os Sínodos realizam as avaliações periódicas de obreiros e obreiras, a maior parte dos que se encontram na ativa já

está com a sua situação ministerial definida, através da redação do respectivo Termo de Atividade Ministerial.

2.2.1.1.2 - Entrada em Inatividade

Com esta nova regulamentação, definem-se questões que induziam a diferentes interpretações, esclarecem-se questões que não estavam definidas e estabelecem-se passos a serem seguidos para determinados procedimentos (ressarcimento das despesas de mudança, por exemplo). Cria-se, a partir deste momento, também a entrega, em culto solene, de um Certificado de Gratidão a todos obreiros e obreiras que passam à categoria de emérito.

2.2.1.1.3 - Reconhecimento da Atividade Ministerial

Esta regulamentação estabelece as condições em que se dá a atividade ministerial de obreiros e obreiras que atuam em campos de atividade ministerial no âmbito sinodal e no âmbito nacional. Define os termos, além disso, em que se dá o reconhecimento, por parte da IECLB, à atividade ministerial daqueles obreiros e obreiras que atuam em âmbitos diversos (em centro de formação teológica, hospital, asilo, creche, escola, universidade, COMIN, Exército, órgão público, igreja parceira no país ou exterior, entre outros). É necessário, a partir da aprovação desta regulamentação, entrar em contato com cada obreiro que exerce o ministério eclesialístico "em âmbito diverso" para solicitar que encaminhe o reconhecimento de sua atividade ministerial, com base no exposto na nova regulamentação.

2.2.1.1.4 - Admissão de obreiros e obreiras em campos de atividade ministerial (transferências)

Há três anos foi estabelecido um roteiro que indica os passos a serem dados em caso de publicação de vaga e transferência de um obreiro ou obreira. Este novo modo de proceder, que busca orientar-se pela transparência e ética, encontra-se em fase adiantada de implantação, mas ainda há sinais de que não está de todo assimilado.

2.2.1.2 - Regulamentações complementares ao EMO, que se encontram em estudo

2.2.1.2.1 - Disponibilidade

Espera-se que as questões não definidas a respeito possam ser esclarecidas até o final deste ano, através de nova resolução do Conselho da Igreja.

2.2.1.2.2 - Avaliação periódica de campos de atividade ministerial e de obreiros e obreiras

Este tema é um dos que mais tempo está a exigir para que se alcance um consenso. Inicialmente, com a implantação do EMO, a avaliação de obreiros e obreiras foi colocada aos cuidados de cada Sínodo. À medida que as avaliações iam se sucedendo, percebeu-se a importância de realizar a avaliação do obreiro no contexto da avaliação da Comunidade ou Paróquia em que atua. A proposta que se encontra em fase de estudo, aos cuidados de uma comissão constituída pelo Conselho da Igreja, indica que a avaliação é parte integrante de um planejamento da ação do campo de atividade ministerial. Propõe-se que a avaliação do obreiro seja vista neste contexto e não tão fortemente associada ao momento em que se pergunta pela continuidade, ou não, de sua permanência no campo de atividade ministerial.

2.2.2 - Temas que fazem parte do cotidiano

As mudanças que ocorrem na vida pessoal, familiar e ministerial dos obreiros e obreiras da IECLB continuam a requerer enorme atenção por parte da Secretaria do Ministério com Ordenação. Absorvem praticamente todo o tempo e as forças disponíveis neste setor de trabalho. Algumas destas mudanças necessitam apenas de registro no banco de dados. Várias situações, porém, exigem pesquisa em arquivos, verificação de documentos, controle de dados, elaboração de pareceres administrativos, solicitação e envio de correspondência. Esse trabalho não exigiria tanto investimento por parte desta Secretaria, se todas as pessoas e instâncias envolvidas conhecessem e observassem as normas e os procedimentos em vigor.

2.2.3 - Desafios e expectativas

Expectativas da Secretaria Geral na área do Ministério com Ordenação para o próximo biênio são:

2.2.3.1 - Regulamentações específicas que ainda necessitam de encaminhamento

É necessário que se dê absoluta prioridade nos próximos dois anos para a tarefa de concluir a elaboração das regulamentações complementares ao EMO. É inviável e irresponsável administrar situações que envolvem obreiros, obreiras e campos de atividade ministerial com um número tão significativo de questões em aberto. A cada nova regulamentação aprovada pelo Conselho da

Igreja constata-se, além disso, que há crescimento na demanda de trabalho, que, por sua vez, exige novos investimentos, em termos de recursos humanos e financeiros, por parte de Sínodos e da Secretaria Geral. O ideal seria criar as devidas condições, neste biênio, para que estas regulamentações sejam submetidas ao próximo Concílio da Igreja, trazendo inclusive as propostas das alterações que se tornam necessárias no Estatuto do Ministério Ordenado – EMO e no Ordenamento Jurídico-Doutrinário – OJD.

2.2.3.1.1 - Estágio Probatório

Este é o período que abrange os três primeiros anos de exercício do ministério ordenado. Além da elaboração da regulamentação sobre esse período, é necessário investir na sua implantação.

2.2.3.1.2 - Certificado de Habilitação

Concedido o Certificado de Habilitação, torna-se necessário detalhar procedimentos quanto à concessão, suspensão, revogação e restabelecimento da validade do mesmo. O Conselho da Igreja deve definir, além disso, os procedimentos em relação a quem ainda não solicitou seu Certificado de Habilitação e/ou a quem se encontra com sua situação ministerial "indefinida".

2.2.3.1.3 - Afastamento de obreiro ou obreira

A prática exige que se estabeleça um "roteiro" para que o afastamento de um obreiro ou obreira - quando esta medida se impõe - siga os passos estabelecidos pelo EMO. Via de regra os procedimentos previstos não são adotados, o que cria ou amplia um clima de tensão, que traz desgaste e sofrimento a todas as pessoas e instâncias envolvidas.

2.2.3.1.4 - Termo de Atividade Ministerial – TAM

Com base nas últimas decisões tomadas pelo Conselho da Igreja e por questões que ainda aguardam definição, encaminha-se a criação de modelos de Termo de Atividade Ministerial para situações específicas e a adaptação dos modelos existentes. Devem ser adaptados os que prevêem atuação em tempo integral e atuação voluntária. Precisam ser criados os modelos para estágio probatório, atuação em tempo parcial, atividade em campo de atividade ministerial no âmbito da IECLB e para obreiros e obreiras que atuam em entidade ligada à IECLB, cuja atividade ministerial seja reconhecida.

2.2.3.1.5 - Licença do ministério

Urge que se definam os termos que regem as diferentes formas de licença: por motivos particulares, para estudo complementar referendado pelo CI, para estudo complementar não referendado pelo CI, para candidatar-se a ou exercer cargo político, para proteção à saúde, para licença maternidade e paternidade e outras licenças (casamento, luto...).

2.2.3.1.6 - Envio de obreiros ordenados (novo envio, reenvio)

Aos poucos, principalmente a pedido de comunidades e paróquias que se encontram em dificuldade, mas também por parte de paróquias que tiveram boa experiência com envio, brota com força o pedido para que a Presidência envie um obreiro ou obreira a determinado campo. Em 2008, 16 obreiros e obreiras ordenados iniciaram sua atividade em um novo campo por este caminho. Esta modalidade precisa contar com uma alta dose de confiança mútua e exige múltiplos contatos. Percebe-se, a partir da prática, a necessidade de elaborar uma regulamentação "mínima" em que se definam critérios que sirvam para auxiliar e proteger todas as partes envolvidas neste processo.

2.2.3.1.7 - Decisões válidas para obreiros e obreiras que atuam no exterior

Também em relação ao envio de obreiros e obreiras ao exterior há necessidade de definir procedimentos, em conjunto com a Coordenação de Missão Global.

2.2.3.2 - Temas mais amplos, relacionados à área de pessoal

Encontram-se em fase de estudo alguns temas da mais alta relevância para obreiros e obreiras. A "Política de Subsistência de obreiros e obreiras da IECLB" volta a ser tema de debate. Questões relacionadas à contribuição previdenciária de obreiros e obreiras carecem de definições. Encaminha-se a reestruturação da Caixa de Auxílio Fraternal (CAF). De longa data vem o pedido para que a IECLB defina uma "Política de Pessoal", com base em um diagnóstico criterioso e confiável. Há tempo espera-se que o acompanhamento a obreiros e obreiras seja avaliado a fundo. Para tal, conta-se agora com um grupo-tarefa nomeado pelo Conselho da Igreja. Com a criação deste grupo, que em breve terá seu primeiro encontro, abre-se a possibilidade de que nos próximos anos diversas propostas ligadas ao acompanhamento a obreiros e obreiras sejam submetidas à apreciação do Conselho da Igreja e, a partir daí, implantadas. Espera-se que estas medidas, além de fortalecer obreiros e obreiras em sua vida pessoal, familiar e em sua atividade ministerial, levem a que Sínodos, Secretaria Geral e Presidência da IECLB cumpram melhor as funções de acompanhamento que lhes são atribuídas. Modelos alternativos de atuação ministerial e a formação continuada de obreiros e obreiras também devem ser temas de reflexão.

2.2.4 - Dados estatísticos relativos a obreiros, obreiras e campos de atividade ministerial da IECLB

2.2.4.1 - Quadro de obreiros ordenados e obreiras ordenadas da IECLB (posição em 17.09.2008)

	Masculino	Feminino	Total
Pastores/as na ativa	563	142	705
Catequistas na ativa	16	57	73
Diáconos/as na ativa	23	59	82
Diaconisas na ativa	-	28	28
Missionários/as na ativa	17	7	24
Obreiros/as na ativa - total	619	293	912
Diaconisas jubiladas	-	30	30
Pastores/as eméritos/as	124	2	126
Obreiros/as em inatividade - total	124	32	156
Pastores/as em licença	62	26	88
Diáconos/as em licença	1	8	9
Diaconisa em licença	-	1	1
Catequistas em licença	-	2	2
Missionários/as em licença	1	3	4
Obreiros/as em licença - total	64	40	104
Viúvas de obreiros	-	60	60

Total de Obreiros e Obreiras na ativa	912
Total de Obreiros e Obreiras em inatividade	156
Total de Obreiros e Obreiras em licença ou outra situação	104
Viúvas	60
Pessoas ligadas ao quadro de Obreiros e Obreiras, abrangidas pela Secretaria Geral	1.232

fonte: banco de dados da Secretaria Geral

2.2.4.2 - Obreiros Ordenados e Obreiras Ordenadas da IECLB - Quadro comparativo dos últimos anos (dados apresentados nos respectivos Concílios)

	2002	2004	2006	2008
Pastores/as na ativa	682	719	718	705
Pastores/as em inatividade	82	91	108	126
Pastores/as em licença	32	48	62	88
Ministério Pastoral	796	858	888	919
Catequistas na ativa	57	70	71	73
Catequistas em licença	-	-	01	2
Ministério Catequético	57	70	72	75
Diáconos/as na ativa	56	71	76	82
Diaconisas na ativa	32	32	31	28
Diaconisas em inatividade	27	28	28	30
Diáconos/as em licença	03	03	08	9
Diaconisas em licença	-	01	01	1
Ministério Diaconal	118	135	144	150
Missionários/as na ativa	01	16	23	24
Missionários/as em licença	-	-	01	4
Ministério Missionário	01	16	24	28
Outros obreiros/as	04	-	-	-
Viúvas de obreiros	52	55	56	60
Pessoas ligadas ao quadro de Obreiros/as, abrangidas pela Secretaria Geral	1.028	1.134	1.184	1.232

fonte: banco de dados da Secretaria Geral

2.2.4.3 - Campos de Atividade Ministerial da IECLB ou ligados à IECLB (posição em 17.09.2008)

ENTIDADES	TOTAL
Paróquias, Uniãos Paroquiais e Missões	489

Comunidades	1.801
Pontos de Pregação	1.158
Missões	13
Missões Indígenas	9
Ancionatos	14
Casas de Retiro	24
Centro Sociais e Creches	38
Hospitais	22
Instituições, Departamentos, Setores	57
Sínodos	18
Escolas	63

fonte: banco de dados da Secretaria Geral

2.3. Secretaria da Habilitação

"A história da nossa vida é como um bordado que fazemos a cada dia. Há pontos claros e escuros, luzes e sombras, exuberância de cores ou tons imperceptíveis: é a vida, com seus momentos de euforia, festa e dor, ao lado de espaços de silêncio, oração, paz e luta. Cada ponto, cada laço, cada nó vai manifestando aos outros o que somos." (Carole König, no Jornal Evangélico Luterano de setembro de 2007)

Na área da Habilitação, a Secretaria Geral conta com uma Secretaria, coordenada pela Catequista Dr^a Haidi Drebes, que ocupa o cargo desde 23/06/2003, primeiro como Secretária-Executiva, depois como Coordenadora e, a partir de 01/08/2008, como Secretária. Esta Secretaria cumpre, atualmente, a tarefa de:

- orientar e assessorar administrativamente nos assuntos referentes à Habilitação ao Ministério com Ordenação;
- coordenar a execução do processo de ingresso ao ministério com ordenação na IECLB;
- organizar o Exame de Admissão ao Período Prático e o Exame Pró-Ministério;
- coordenar o processo de designação, de acordo com a decisão da Comissão de Designação e Envio;
- coordenar o processo de envio, de acordo com a decisão da Comissão de Designação e Envio;
- coordenar seminários de capacitação de mentores e candidatos.

No desempenho de suas tarefas, a Secretaria conta, especificamente, com o Regulamento do Ingresso no Ministério com Ordenação na IECLB, resolução 064, publicada no Boletim Informativo 188 e se insere no PAMI – Plano de Ação Missionária da IECLB.

No relatório para o último Concílio, nos propusemos a consolidar:

- período prático: reforçar o período como tempo de formação e avaliação;
- mentores e mentoras: investir mais na qualificação;
- buscar, junto à Direção da Igreja, uma solução melhor para o encaminhamento das pessoas que não tiveram o ingresso aprovado;
- implantar o então novo regulamento;

2.3.1. Admissão ao Período Prático

2.3.1.1. Seminário de Preparação ao Período Prático

Além da formação teológica em nível superior, o primeiro passo para inscrever-se para o Exame de Admissão é a participação no Seminário de Preparação ao Período Prático. Este tem o objetivo de informar todos os procedimentos e implicações do Período Prático e é coordenado pela Secretária. Este seminário ocorre no ano anterior ao Exame de Admissão, em dois locais, próximos aos Centros de Formação da IECLB. Neste Seminário participam bacharéis já formados em teologia e estudantes em fase de conclusão do curso.

No Seminário os candidatos e candidatas recebem uma pasta contendo documentos normativos da IECLB, agenda de datas da inscrição, reuniões e outros documentos diretamente ligados ao Exame de Admissão, bem como a listagem de documentos que devem ser entregues para a inscrição. No ano de 2007, o Seminário realizado em Pirabeiraba -Joinville-SC (15/10) contou com a participação de 30 pessoas e o de Porto Alegre/RS (19/11), com 47.

2.3.1.2. Inscrição para o Exame de Admissão ao Período Prático

A inscrição ao Exame de Admissão é solicitada através de requerimento acompanhado dos documentos exigidos. Os documentos são analisados e, se estiverem de acordo, a inscrição é deferida através de uma comunicação ao candidato. Na carta de deferimento da inscrição o candidato recebe informações sobre procedimentos relacionados à avaliação clínica e psicológica.

a) Avaliação clínica:

Após uma primeira experiência (em 2006) com a avaliação clínica realizada em locais diferentes – Porto Alegre/RS e Curitiba/PR, concluiu-se que este exame deveria ter um procedimento padrão para todos candidatos. Por ocasião da inscrição ao Exame de Admissão, em julho de 2007, a avaliação clínica de todos candidatos foi realizada no Hospital Moinhos de Vento-HMV, em Porto Alegre/RS. A realização da avaliação clínica no HMV tem-se mostrado importante como procedimento comum para todos candidatos. Em março deste ano foi agendada uma reunião entre o médico Ênio Casagrande, responsável pelo atendimento, a Psicóloga Leila Klin e a Catequista Haidi Drebes, com o objetivo de aproximar os profissionais e possibilitar uma interação, quando necessária. Este encontro trouxe bons resultados, já que neste ano, em alguns casos, os profissionais interagiram e tivemos um retorno mais especificado do atendimento médico.

b) Avaliação psicológica:

A avaliação psicológica realizada pela Gewandt Psicologia Empresarial Ltda *tem se mostrado um recurso fundamental* para avaliação e elaboração de um perfil do candidato, do ponto de vista psicológico. Trata-se de um recurso técnico-científico através do qual se busca conhecer o funcionamento psicodinâmico do candidato, considerando aspectos do contexto em que ele está inserido. Os recursos utilizados são a entrevista psicológica, testes projetivos de personalidade e inventários de personalidade, todos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia. As etapas do processo de avaliação psicológica se dão através da avaliação propriamente dita, entrevista e aplicação dos testes; interpretação dos testes e redação do laudo; devolução do laudo para coordenação e comissões; entrevista devolutiva para os candidatos; entrevista de acompanhamento no Seminário Nacional do Período Prático.

A finalidade da avaliação psicológica não é a de aprovação ou reprovação, mas a de identificar potencialidades e melhores possibilidades de realização das mesmas; identificar pontos de desenvolvimento; subsidiar a banca para avaliação e a Comissão de Designação e Envio para os processos de designação e acompanhamento dos candidatos; subsidiar a mentoria na condução dos trabalhos com o candidato.

a) Reunião de Integrantes de Banca

A comissão de Exame é responsável pelo Exame de Admissão ao Período Prático e pelo Exame Pró-ministério. Os integrantes são nomeados pelo Conselho da Igreja. A Comissão, que é presidida pelo Pastor Presidente, conta com a assessoria dos coordenadores de estágio dos centros de formação reconhecidos pela IECLB, dos Secretários de Formação, do Ministério com Ordenação e da Habilitação ao Ministério.

A comissão de Exame é integrada por 32 componentes titulares e mais suplentes e subdivide-se em sete bancas de exame oral e uma do exame escrito, sendo que cada banca é composta por 4 integrantes. Cada banca é formada por um Pastor Sinodal, um obreiro, observada a representatividade dos ministérios, um membro de comunidade, com experiência em cargo de liderança e um membro na área da Educação, com experiência em avaliação.

A Comissão de Exame reúne-se duas vezes ao ano, por convocação do Pastor Presidente, uma vez para o Exame de Admissão ao Período Prático e, outra, para o Exame Pró-Ministério. Nessas oportunidades tem se reservado um tempo para qualificação e outro período para a reunião de preparação dos colóquios e devolução dos laudos de avaliação psicológica dos candidatos.

Entre os assuntos tratados, estão questões práticas de funcionamento e o processo de seleção em si. Nas reuniões ocorridas em 2007 e 2008, foram tratados os seguintes temas:

- Seleção de Pessoal: Conflitos e possibilidades;
- O papel do Seleccionador;
- Avaliação psicológica no contexto da seleção de candidatos ao Ministério;
- Visão Sistêmica: uma competência especialmente requerida para ser um avaliador.

b) Exame de Admissão ao Período Prático

“A pressão na situação da banca não é perversa. Ao contrário, como já dito, precisa ter afeto. Uma desordem evidenciada ali poupa candidato e comunidade de vivenciar uma situação delicada em um momento adiante. A representação da banca enquanto figura de

autoridade é a mesma que o presbitério, o mentor ou o líder de um dado grupo pode representar. Os conflitos desencadeados neste momento e as tensões experimentadas pelo candidato não são tão diversos dos que ele deverá enfrentar na seqüência, após a aprovação.” Texto Seleção de candidatos ao Ministério – Leila Klin – Julho de 2007

O Exame de Admissão é composto por exames escrito e oral, realizados uma vez ao ano, preferencialmente no mês de julho. Dos 45 candidatos que prestaram o Exame de Admissão em 2007, 30 aprovaram. Do total de 15 candidatos reprovados, 13 reprovaram no Exame Escrito, 6 no Exame Oral e, destes, 4 reprovaram nos dois Exames, o que soma o total de 15 reprovados. 30 candidatos foram designados e, destes, 2 interromperam o Período Prático, 28 candidatos finalizam o Período Prático em dezembro deste ano ou janeiro de 2009.

Dos 47 candidatos que prestaram Exame de Admissão em julho de 2008, 26 aprovaram e 21 reprovaram. Dos 21 candidatos reprovados, 13 reprovaram no Exame Oral, 11 no Exame escrito e 03 nos dois. 30 candidatos foram designados para realizar o Período Prático em uma das comunidades da IECLB e dois desistiram.

2.3.2. Sobre o Período Prático

O Período Prático acontece em parceria entre a Secretaria da Habilitação, Pastor Sinodal, Mentor e Campo de Período Prático. O Pastor Sinodal e o obreiro mentor têm um papel fundamental na condução deste Período. Ao Pastor Sinodal cabe informar à Secretaria Geral os campos disponíveis para PPHM e a relação dos mentores e mentoras; acompanhar o Período Prático dos candidatos em atuação no Sínodo, mediante visitas regulares; coordenar a avaliação dos candidatos em atuação no Sínodo (Art. 13).

2.3.2.1. Mentoria

“O encontro ajudou a quebrar distâncias e barreiras, eu não conhecia a proposta e me sentia sozinho. Criou expectativa e segurança.” “ Percebe-se que o processo não acontece de qualquer jeito, há um pensar em conjunto” Palavras de mentores participantes de um dos encontros em 2007.

O obreiro indicado pelo Pastor Sinodal para ser mentor do Período Prático deve ser um obreiro com experiência comprovada no seu ministério. (Art.9) Este obreiro deve permanecer no campo até o final do Período Prático e estar disposto a participar dos encontros de capacitação promovidos pela Secretaria da Habilitação. Além disso, deve comprometer-se em seguir a proposta e os objetivos traçados no Regulamento do Ingresso. É também atribuição do obreiro mentor preparar o campo, informando a proposta e apresentando o candidato ao Campo de Período Prático (Art.11).

A implementação de alternativas para a capacitação da mentoria foi um passo fundamental na consolidação do Período Prático como um período onde:

- pratica-se o que se sabe,
- aprende-se, a partir da prática, o que não se sabe,
- aprimora-se o que já se sabe.

O Período Prático quer ser um observar e ensinar do mentor ou da mentora, caminhando com o candidato e um observar e aprender do candidato, caminhando com o mentor. O mentor normalmente é a pessoa que mais intensamente convive com o candidato e, por isso, tem possibilidades de melhor conhecê-lo e, conseqüentemente, auxiliá-lo no aproveitamento de suas potencialidades e de estimular a superação das dificuldades.

Conforme expresso no relatório do Concílio de 2006, encontrar uma forma adequada para a capacitação de mentores foi um dos aspectos que ainda não havia sido implementado. No presente relatório podemos apresentar o assunto de forma bastante positiva e relatar o sucesso da proposta experimentada e vivenciada em 2007 e 2008. Em outubro de 2007 foram realizados dois encontros para mentores e mentoras do Período Prático, um deles em Teutônia/RS (10 e 11) e o outro em São Francisco do Sul/SC (23 e 24). Do grupo de obreiros que assumiram a função de mentoria para com os candidatos que iniciaram o Período Prático em agosto de 2007, apenas dois não participaram do encontro. A adesão dos obreiros e obreiras aos encontros foi muito significativa. Nos dois encontros de 2007 foram trabalhados temas como: O Período Prático no contexto da IECLB; A função do mentor na avaliação e planejamento durante o Período Prático; Competências do candidato ao Ministério; Competências essenciais na Mentoria; Responsabilidades e Conflitos na Mentoria.

Nos encontros de 2007 os participantes apontaram também a importância de um curso ou encontro antes de assumir esta função, ou seja, para futuros mentores. Em atendimento a esta manifestação, em 2008 a Secretaria da Habilitação apresentou no seu planejamento a proposta de realizar um curso nacional para futuros mentores.

O curso de mentores tem por finalidade apresentar o programa do Período Prático e instrumentalizar obreiros para o exercício da mentoria. Deste curso, o obreiro participa uma vez, já que os conteúdos de modo geral serão os mesmos. No segundo semestre aconteceram os encontros regionais, onde participam todos os mentores que estão orientando um candidato durante o seu Período Prático.

O curso para futuros mentores ocorreu em junho deste ano em Curitiba e dele participaram obreiros indicados pela Pastora e Pastores Sinodais e que estavam se dispondo a acompanhar um candidato durante o seu Período Prático a partir de agosto de 2008. No curso foram trabalhados temas como: Informações sobre o processo seletivo e sobre o Período Prático de modo geral; O Período Prático como processo: Termo de Atividades, Projeto e Relatórios; Competências e condições pessoais para o exercício da mentoria; Exercitando feedback; Responsabilidade e função da mentoria na avaliação e planejamento durante o Período Prático; Planejamento e avaliação PDCA (P=planejamento, D=execução, C=avaliação, A=atitude corretiva); Negociação e Gestão de Conflitos. O curso teve 18 participantes que avaliaram o curso observando a importância de envolver pessoas de outros contextos, "olhar de outras áreas". Outro obreiro apontou que se surpreendeu positivamente e sente-se confortável em perceber que "como igreja se evoluiu, existe uma preocupação e um trabalho preventivo com as pessoas que pretendem ingressar no Ministério Ordenado na IECLB.

No segundo semestre temos previstos três encontros de mentores, dois deles já realizados (Florianópolis/SC - 03 e 04/09 e Vila Velha/ES - 24 e 25/09). O terceiro está previsto para os dias 01 e 02 de outubro, em São Leopoldo/RS. Uma das ênfases do encontro está em dar ciência ao mentor dos resultados obtidos pelo candidato no Exame de Admissão, habilidades e dificuldades detectadas nas diversas instâncias de avaliação. A partir do momento em que o mentor está ciente, é possível alertar, em especial os aspectos que precisam ser desenvolvidos. Além do momento individual também ocorre uma programação conjunta. Nesta estão sendo trabalhados temas como: Pastor X Mentor – caráter pedagógico da função; Competências do Mentor - foco no tema liderança. A previsão é de que todos os mentores participem do encontro, o que soma 29 participantes.

2.3.2.2. Designação ao Período Prático

A designação de candidatos tem sido um desafio para a Comissão (art. 12). Sem dúvida, as avaliações e recomendações das diversas instâncias têm fornecido informações importantes para que a designação seja acertada. Neste sentido, mesmo que os locais são informados sobre o processo de designação e critérios, ainda se tem tido dificuldades com locais que se disponibilizam para acompanhar determinado candidato, ou querem que o candidato atenda as suas expectativas e demandas, ou seja, um "obreiro barato". Pastor Sinodal e obreiros, juntos com a Secretaria da Habilitação, têm um papel fundamental no sentido de conscientizar as comunidades sobre o seu papel como local de Período Prático.

Diferente do Envio, onde a Comissão procura atender as expectativas da Comunidade, no Período Prático o foco está no candidato. Busca-se o mentor e o contexto que indicam a situação mais propícia para que o mesmo possa se desenvolver da forma mais integral possível. O atendimento da expectativa da comunidade é uma consequência ou resultado do bom andamento do Período Prático. Mesmo com a dificuldade apontada é preciso dizer que temos tido boas experiências e cada vez menos locais que de certa forma impõem condições para participar deste processo cujo objetivo maior é, num futuro próximo, poder enviar obreiros bem capacitados para servir as comunidades.

Em 2007, 40 comunidades e paróquias dispuseram-se a receber um candidato ao ministério. Destas, 28 receberam candidatos.

Em 2008, 38 comunidades e paróquias dispuseram-se a receber um candidato ao ministério. Destas, 29 receberam candidatos.

2.3.2.3. Seminário Nacional

Nos dias 15 a 21 de outubro realizou-se o Seminário Nacional do Período Prático em Pirabeiraba-Joinville/SC, que reuniu os candidatos que iniciaram o Período Prático em agosto de 2007. Além de temas fundamentais e de interesse da IECLB, cada candidato individualmente recebeu um retorno a respeito da avaliação psicológica e dos pareceres das Bancas examinadoras do Exame de Admissão, realizado em julho de 2007. Neste Seminário foram tratados os seguintes temas: Cuidar de si para cuidar dos outros; Integração aos novos contextos; Espiritualidade do ponto de vista ministerial - pessoal; Modelo Eclesiológico e estrutura da IECLB; Documentos Normativos; Edificação de Comunidades; IECLB uma Igreja Missionária; Atitudes cotidianas condignas ao Ministério com Ordenação; Atividades Recreativas Dinâmicas de Grupo; CAF – Caixa de Auxílio Fraternal; LUTERPREV e Finanças pessoais; Compartilhar de experiências; Pareceres de avaliação do Exame de Admissão ao Período Prático; Laudos de avaliação psicológica; Avaliações durante o Período Prático.

2.3.2.4. Seminários Regionais

No primeiro semestre de 2007 foram realizados dois Seminários Regionais, sendo que um deles ocorreu em Brasília/DF (07 e 08/05) e o outro em Rodeio 12 (17 e 18/05). Em Brasília reuniram-se 6 candidatos e em Rodeio 12 participaram 13. Em 2008 foram realizados 3 Seminários, sendo um deles em São Bento do Sul/SC (7 a 9/05), com a participação de 10 candidatos, outro em Vila Velha/ES (23 a 25/04), com 5 candidatos e outro em Panambi/RS (19 a 21/05), com participação de 11 candidatos.

2.3.3. Exame Pró-Ministério

Por ocasião do Exame Pró-Ministério, em novembro de 2007, tivemos uma primeira experiência com a realização do Diálogo Interdisciplinar, previsto no inciso III do Art. 5º, ANEXO XVII do Regulamento. No planejamento e aplicação deste diálogo participaram profissionais da área da psicologia, da pedagogia, dos recursos humanos e o Secretário do Ministério com Ordenação como assessor teológico. A equipe planejou um dia inteiro de dinâmicas, das quais participaram todos os candidatos, tendo como finalidade avaliar o desempenho de cada um no grupo. A experiência foi avaliada como positiva, tanto pela equipe avaliadora, como também pelos participantes. Mesmo sendo um momento de avaliação, serviu também como oportunidade de descontração e interação entre os participantes.

O Exame Pró-Ministério ocorreu no dia 10 de novembro em São Leopoldo/RS e, pela primeira vez, este exame foi realizado pela Comissão nomeada pelo Conselho da Igreja. A Comissão de Exame reuniu-se na tarde e noite do dia anterior para refletir sobre o sentido e a importância do Exame Pró-Ministério para a IECLB. Esta modalidade de Pró-Ministério foi aprovada pelo Conselho da Igreja em novembro de 2005. Como pontos positivos, pode ser destacado o fato de que o Pró-Ministério é realizado pela mesma Comissão que realiza a Admissão ao Período Prático. Também é positivo o fato de que uma Comissão de avaliação em nível nacional possibilita a adoção de critérios comuns na avaliação dos candidatos, levando-se em conta que neste momento ele não é admitido para uma comunidade em especial, mas para exercer o ministério na igreja como um todo.

No Exame Pró-Ministério tivemos 17 pessoas inscritas e, destas, 16 foram aprovadas e encaminhadas para diálogo com a Presidência, tratando da ordenação.

Uma vez aprovados no Exame Pró-Ministério e declarados aptos para a Ordenação, os nomes destes 15 candidatos foram encaminhados ao Conselho da Igreja para a concessão do Certificado de Habilitação.

Temos uma previsão de que, em novembro de 2008, os 28 candidatos que participam do Período Prático estarão aptos e inscrever-se-ão para realizar o Exame Pró-Ministério previsto para os dias 07 e 08 de novembro deste ano.

2.3.4. Envio ao Primeiro Campo de Atividades

A Comissão de Designação e Envio, composta pela Presidência, 2 Pastores Sinodais e dois membros de Comunidade, tem se preocupado em realizar o envio, tendo em vista a igreja como um todo. Investe tempo na análise do perfil dos candidatos e, a partir destas informações, decide pelo envio da pessoa com mais possibilidades de atender as expectativas da comunidade. Sendo assim, a Comissão procura conciliar, da melhor forma possível, as necessidades do local e o perfil do candidato, sem perder de vista as necessidades da igreja como um todo. Outra questão

que tem ocupado a Comissão é o estudo de critérios para envio, considerando que o regulamento não atende a todas as situações.

2.3.5. Ordenação e ingresso no Ministério

Conforme o Art. 23 do Regulamento do Ingresso no Ministério com Ordenação na IECLB, todos os candidatos aprovados no Exame Pró-Ministério são encaminhados para diálogo com a Presidência. Este diálogo foi realizado no dia 12 de novembro, na sede da IECLB, em Porto Alegre/RS. No primeiro momento, candidatos/as conheceram a sede da Secretaria Geral e Presidência e, logo em seguida, tiveram um momento em conjunto onde foram abordados temas como: Vocação ao Ministério – P. 1º Vice-presidente - Homero Severo Pinto e Ordenação ao Ministério Ordenado na IECLB – P. Presidente Dr. Walter Altmann. Após exposição da Presidência, cada candidato teve um diálogo individual com o Pastor Presidente ou Pastor 1º Vice-presidente. Dos 16 candidatos e candidatas aprovados no Exame Pró-Ministério, 15 foram declarados aptos para a Ordenação ao Ministério na IECLB.

Após o recebimento da Declaração de Aptidão para Ordenação e do Certificado de Habilitação, a pessoa está apta a inscrever-se no Quadro de Candidatos ao Envio e, tendo obtido o aceite, a solicitar a ordenação à Presidência.

Desde o Concílio de 2006 foram ordenados e ordenadas e ingressaram no ministério com ordenação na IECLB 02 Catequistas, 06 Missionários, 06 Diáconos e 44 Pastores.

2.3.6. Desafios e expectativas

Expectativas da Secretaria Geral na área da habilitação para o próximo biênio:

- Revisão da regulamentação e complementação de situações não previstas, como o caso de pessoas que não solicitam envio, candidatos que não aceitam o envio e outros.
- Revisão dos pareceres de avaliação de candidatos.
- Revisão do regulamento, tendo em vista as novas demandas jurídicas.
- Comissão de Exame: aperfeiçoar critérios de avaliação das bancas do exame oral.

2.4. Secretaria da Ação Comunitária

“O caminho está aí: investir na formação cristã, descobrir talentos, valorizar a vida em Comunidade, derrubar toda sorte de preconceitos, apoiar ações de bem e paz, envolver mais pessoas em ações comunitárias, reconhecer pequenas ações que fazem homens e mulheres crescerem na sua vocação e fortalecer laços. Valorizar o ser humano, não por gênero, mas pela imagem e semelhança de seu Criador – esse ainda é o grande desafio para as igrejas e também para nossa querida IECLB.” (Gertraude Wanke, no Jornal Evangélico Luterano de dezembro de 2007)

Na área da Ação Comunitária, a Secretaria Geral conta com uma Secretaria, coordenada pela Diácona Ingrid Vogt, que ocupa o cargo desde 01/08/2008, após atuar como Coordenadora de Projetos Missionários desde 1º/02/2005. Esta Secretaria inclui as Coordenações de Diaconia e de Gênero, Gerações e Etnias, a área de Projetos Missionários, e cumpre as seguintes tarefas principais:

- orientar e assessorar administrativamente nos assuntos referentes à Ação Comunitária;
- contribuir para a dinamização das atividades da Igreja nos assuntos referentes à Ação Comunitária;
- articular diferentes grupos, entidades e iniciativas no âmbito da IECLB e promover uma agenda comum de diálogo;
- coordenar seminários e prestar assessoria aos Sínodos em temáticas da área de abrangência da Secretaria e das Coordenações;
- promover a elaboração de material em temáticas da área de abrangência da Secretaria;
- coordenar o Programa Voluntários de Missão na IECLB;
- administrar o encaminhamento às agências doadoras dos projetos de financiamento e missionários, solicitados pelos Conselhos Sinodais (Regimento Interno Art. 84, XV);

A Secretaria da Ação Comunitária está voltada para os 18 Sínodos, mas também quer ser espaço de articulação e diálogo para associações e organizações com vínculo confessional com a IECLB, como centros sociais e creches, hospitais, lares para idosos, Obra Gustavo Adolfo, Associação Nacional da OASE, COMIN – Conselho de Missão entre Índios, CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, Legião Evangélica Luterana, Fundação Luterana de Diaconia, Missão Zero.

No desempenho de suas tarefas, a Secretaria conta, especificamente, com:

- Critérios para a Aplicação das Verbas Missionárias, aprovados pelo Conselho da Igreja em 2001, publicados no Boletim Informativo 174;
- Regulamento do Fundo de Missão da IECLB, aprovado pelo Conselho da Igreja em 1999, e publicado no Boletim Informativo 168;
- Decisões do Concílio de 1995 e 2002 ref. construções novas e acesso de pessoas portadoras de deficiência, publicadas nos Boletins Informativos 144 e 176;
- Documento de Campeche: recomendações do Fórum Nacional de Missão, realizado de 13 a 16 de julho de 2006 em Florianópolis/SC;
- Plano de Ação Missionária da IECLB – Texto-base;
- Documento da Federação Luterana Mundial: As igrejas dizem “NÃO” à Violência contra a Mulher – Plano de ação para as igrejas, 2005;
- Documento da Federação Luterana Mundial: Missão em Contexto – transformação-reconciliação-empoderamento, 2006;
- Documento da Federação Luterana Mundial: Matrimônio, Família e Sexualidade Humana, 2008.
- Motivações e Diretrizes para o trabalho com crianças e adolescentes empobrecidos na IECLB, documento final da Consulta Nacional sobre Crianças e Adolescentes Empobrecidos, divulgado com apoio do Conselho da Igreja;

No relatório para o último Concílio, propusemo-nos a consolidar:

* secretaria: implementar a Secretaria da Ação Comunitária

* diaconia:

- promover a formação de redes, a capacitação e ações em setores pouco trabalhados;
- promover estudos sobre temas como inclusão de pessoas com necessidades especiais, violência contra mulheres, HIV/AIDS;

* projetos missionários:

- promover a busca de fontes financiadoras na IECLB;
- promover parcerias intersinodais;
- superar a dependência financeira externa;
- propor ao Conselho da Igreja a viabilização de projetos em locais estratégicos da IECLB;
- investir em planejamento estratégico com vistas à elaboração, execução e acompanhamento dos projetos.

2.4.1. Coordenação de Diaconia

Criada em 1988, a Coordenação de Diaconia foi instituída para coordenar, articular, e acompanhar a tarefa diaconal, inerente ao Evangelho de Jesus Cristo, especialmente ampliar o contato com e entre as instituições diaconais confessionalmente ligadas à IECLB (hospitais, lares de idosos, centros de educação infantil, centros comunitários, etc), bem como os trabalhos diaconais organizados nos Sínodos. De 05/08/2004 até 31/07/2008 a coordenação foi exercida pela Psic. Vera Beatris Walber, que já estava ligada ao então Departamento de Diaconia, atuando na área de Pessoas com Deficiência. Para a sua sucessão, a Diretoria do Conselho da Igreja, reunida em 29/08/2008, homologou o nome da Diác. Leila Schwingel, que iniciará suas atividades na Coordenação em novembro de 2008.

O Domingo *Misericordias Domini* é o Dia Nacional da Diaconia na IECLB. Anualmente é produzido um subsídio, composto por estudos sobre temas diaconais da atualidade e relacionados com o Tema e Lema do Ano da IECLB. O material é enviado gratuitamente para comunidades, Sínodos, obreiros e líderes. A Coordenação de Diaconia, junto com a Secretaria de Formação e o Departamento de Educação Cristã, está integrada no processo de elaboração de materiais para o Tema do Ano, produção do caderno de estudos e no planejamento e assessoria aos Seminários de Formação de Liderança sobre o Tema do Ano.

Nos dias 04 a 07 de outubro de 2007 foi realizado, na cidade de São Paulo/SP, o **Seminário Nacional de Diaconia em Contextos Urbanos**. O Seminário contou com a participação de 80 pessoas, representando 17 Sínodos, instituições ligadas à IECLB e Igrejas irmãs da Argentina, Uruguai e Alemanha. Houve momentos de reflexão teórica, oficinas práticas e visitas a projetos na região da grande São Paulo. Foi produzido um DVD, com caráter pedagógico, sobre a temática da Diaconia em Contextos Urbanos e as questões que este desafio levanta. Participantes, instituições e paróquias da IECLB receberam cópia do DVD. A motivação, a partir do Seminário Nacional, é que aconteçam seminários sinodais enfocando a mesma temática.

Tradicionalmente, realiza-se em julho de cada ano reunião do **Conselho Nacional de Diaconia** (CONAD). O grupo tem refletido sobre seu papel como assessor do Conselho da Igreja, o papel da Coordenação de Diaconia como instância executora da Secretaria Geral e do Conselho da Igreja e o papel dos conselheiros do CONAD como articuladores da Diaconia nos Sínodos e Instituições da IECLB. Cada representante sinodal tem a oportunidade de apresentar um relatório do que está acontecendo na área do respectivo Sínodo. Na reunião de 2008 constatou-se que, em 12 dos 18 Sínodos, já está organizado o **Conselho Sinodal de Diaconia**. Há uma riqueza muito grande de ações, pessoas envolvidas de forma voluntária e um grande número de pessoas que são atingidas pelo trabalho diaconal da IECLB. Estima-se que mais de 15 mil pessoas são atendidas por mês em algum trabalho diaconal institucionalizado da IECLB. Estas ações precisam ganhar maior visibilidade e são um testemunho da presença concreta da IECLB em nosso país.

A IECLB filiou-se à **Diaconia das Américas e Caribe** – DOTAC, em 1993, através do então Departamento de Diaconia. E em 1996 a Diaconia da IECLB foi inscrita na Federação Internacional de Diaconia. Desde a filiação à DOTAC, a IECLB participou de todas as Conferências, com apoio financeiro substancial desta organização. Em 1999 a IECLB sediou a Conferência da DOTAC em Rodeio 12/SC, nos dias 26 a 30 de setembro, com 80 participantes representando 10 países. A participação na DOTAC sempre foi um espaço de divulgação e visibilização do trabalho diaconal desenvolvido pela IECLB, além de um excelente espaço de articulação e troca de conhecimentos. Como forma de participar da Década para Superação da Violência, por exemplo, a DOTAC promoveu um encontro com representantes da área diaconal do Brasil, Canadá, Caribe e Estados Unidos, de 20 a 27 de outubro de 2007, em Nova Iorque. A proposta concreta é constituir um grupo internacional que reflète, age e propõe ações para a superação da violência no mundo.

Representar a Diaconia da IECLB na DOTAC implica participar do Comitê Executivo, que se reúne uma vez ao ano, com envolvimento de cinco dias nesta atividade. Em 2008, a reunião será realizada em Ashville/USA. Significa também o compromisso de participar da Conferência Internacional de Diaconia, que acontece a cada 5 anos. Em 2009, a Conferência será realizada em Atlanta/EUA.

2.4.1.1. Projetos Fundação Lieselotte e Rosina Heinrich

Dos rendimentos desta Fundação, é colocada à disposição, para atividades com crianças e adolescentes empobrecidos da IECLB, a soma de EUROS 60.000,00 ao ano. Os projetos encaminhados são analisados pela Diretoria do Conselho da Igreja e, posteriormente, são enviados para avaliação do Conselho da Fundação. Os recursos devem ser aplicados, conforme orientação da própria Fundação, apenas no trabalho com crianças e adolescentes empobrecidos, já que as fundadoras da instituição sofreram muita fome em sua tenra infância e tiveram que trabalhar muito para sobreviver.

Desde o início da parceria entre a IECLB e a Fundação, em 1999, foram aprovados 94 projetos. Na maioria das instituições e comunidades faltam pessoas capacitadas na elaboração de projetos. Em consequência disto, a qualidade dos projetos deixa a desejar em termos de objetivos claros, metas a serem alcançadas, elaboração do orçamento, etc. Com o objetivo de capacitar de forma mais sistematizada lideranças de comunidades e instituições, a Secretaria Geral, em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia, coloca à disposição dos Sínodos **oficinas de elaboração e gestão de projetos**, desde 2008. As oficinas estarão disponíveis para 2009 e durante o primeiro semestre de 2010.

2.4.1.2. Programa Voluntários de Missão

Trata-se de uma oportunidade para jovens virem ao Brasil durante um ano e realizar atividades voluntárias em alguma instituição diaconal ou comunidade da IECLB. Com pequenas variações, o prazo de permanência dos voluntários vai de agosto a agosto, seguindo o calendário escolar da Alemanha. É uma experiência de vida que contribui de forma significativa para o crescimento dos jovens e um auxílio na definição da futura profissão. A maioria tem entre 18 e 20 anos de idade. Os jovens são encaminhados da Alemanha por uma das seguintes entidades: Igreja na Baviera, Gustav-Adolf-Werk, Hermannsburg, Nordelbisches Zentrum für Weltmission und Kirchlichen Weltdienst (NMZ) e Evangelische Fachhochschule Darmstadt – Ephata, através do intercâmbio com as Faculdades EST. A novidade é que dois jovens do Japão estão preparando a documentação para virem ao Brasil por este programa em 2009.

A partir de 2008, o governo alemão está ampliando o Programa para jovens voluntários, inclusive mobilizando recursos financeiros para serem investidos neste programa. Lá, o programa chama-se "Weltwärts". A demanda por possibilidades de realizar um estágio ou trabalho voluntário em outro país é maior do que a atual oferta de locais. Até 2007, a IECLB recebia entre 12 a 14 jovens por ano. Para o período 2008-2009 vieram 18 jovens, enviados por convênio com organizações parceiras. Parceiros da IECLB e instituições que ainda não têm uma parceria estabelecida estão entrando em contato para sondar a possibilidade de entrar no Programa e/ou aumentar o número de voluntários que são enviados anualmente ao Brasil. Por considerar uma boa experiência, a IECLB está indo ao encontro desta iniciativa e desafiando outras comunidades e instituições a receberem um jovem pelo período de um ano. O ideal seria que 30 vagas pudessem ser oferecidas no âmbito da IECLB em comunidades, sínodos e instituições confessionalmente ligadas. Para responder a esta demanda crescente foi contratada, em setembro de 2008, a Diác. Simone Engel Voigt, em tempo parcial.

Para que um jovem ou uma jovem possa vir ao Brasil e participar do Programa Voluntários de Missão, há um cronograma a ser obedecido e uma verdadeira engrenagem é colocada em movimento:

- . outubro: fazer os encaminhamentos para a realização de um Seminário de 5 dias, com todo o grupo, em março do ano seguinte;
- . novembro de cada ano: definir os locais no Brasil que aceitam receber voluntário;
- . dezembro de cada ano:
 - definir com as organizações parceiras do exterior qual a previsão de número de voluntários para o ano seguinte;
 - preencher a documentação para cadastramento de novas instituições/comunidades no Programa;
 - cuidar da logística para a realização do Seminário com o grupo atual;
- . fevereiro:
 - receber a documentação dos voluntários para o próximo período;
 - ao receber o currículo do candidato, definir em qual local ele será voluntário;
 - solicitar ao local que vai receber voluntário, que preencha uma ficha padrão e escreva uma carta-convite ao candidato;
- . março: oferecer um Seminário de 5 dias para todo o grupo, conforme exigência do Programa Weltwärts;
- . abril:
 - solicitar a carta de intermediação de visto para cada voluntário à Fundação Konrad Adenauer – Rio de Janeiro, mediante a apresentação de toda a documentação do candidato e da instituição, acompanhada de carta-convite da IECLB, assinada pelo Secretário-Geral;
 - providenciar as traduções necessárias para cada processo;
- . maio: enviar a cada voluntário toda a documentação para visto;
- . junho:
 - (início do mês) confirmar os nomes e promover um contato via e-mail entre voluntário e instituição que irá recebê-lo;
 - certificar-se de que estão definidas todas as questões de moradia, transporte, alimentação para o voluntário, em cada local;
- . junho e julho: informar data de chegada e vôo; confirmar responsável pela recepção no aeroporto mais próximo;
- . agosto:
 - para os que chegam: enviar uma carta para a Fundação Konrad Adenauer, confirmando o período de estadia de cada voluntário no Brasil;
 - para os que terminam o ano de voluntariado: confirmar que deixaram o país e enviar uma carta para a Fundação Konrad, comunicando data de saída;
- . permanente:
 - fazer contatos em busca de novas vagas;
 - manter contato, por e-mail e telefone, com organizações parceiras que enviam voluntários, e com instituições e voluntários durante sua permanência no Brasil;
 - resolver todas as questões legais e administrativas que envolvem o voluntário durante sua permanência no Brasil, a convite da IECLB.

Sob pena de o relatório tornar-se enfadonho, este exercício é um demonstrativo bem resumido do que transita mensalmente em um dos programas coordenados a partir da Secretaria Geral.

2.4.1.3. Programa Diaconia Inclusão

O trabalho com pessoas com deficiência foi a primeira bandeira do Departamento de Diaconia – atual Coordenação de Diaconia, e uma iniciativa pioneira da IECLB entre igrejas-irmãs. Desde 22/08/2007, a Bacharel em Teologia com ênfase em Diaconia, Sharlene Leber, atua no Programa Diaconia Inclusão, substituindo a então Candidata à Diácona Nádía dal Castal de Oliveira.

O Projeto Inclusão Social, Escolar e Familiar de Pessoas com Deficiência, financiado através da Fundação Luterana de Diaconia – FLD, desenvolvido no período 2005-2007, teve como objetivo “incluir as pessoas com deficiência nos grupos da comunidade e na sociedade, trabalhando para que esta se torne mais justa, igualitária e inclusiva”.

Sob a temática “Inclusão e Deficiência”, cerca de 750 pessoas foram capacitadas e sensibilizadas através de seminários, encontros, retiros, cursos e assessorias. Sente-se um empenho crescente por parte das comunidades em fortalecer as ações inclusivas. Sínodos, obreiros e obreiras e lideranças demonstram que a questão da inclusão cada vez mais é realidade. Construção de rampas, banheiros adaptados, tradução do culto para LIBRAS (a linguagem de sinais), tematização da deficiência e inclusão nos mais diversos grupos de trabalho são ações que promovem o tema na Igreja. Na sede administrativa da IECLB, na Rua Senhor dos Passos, 202 3º andar, há, desde setembro de 2007, um banheiro adaptado.

2.4.1.3.1. Parcerias e Redes

O Projeto também criou oportunidades para participar ativamente na reflexão sobre inclusão fora do âmbito eclesial, em parceria com órgãos públicos e iniciativas da sociedade civil. Tem-se retorno de que a IECLB é respeitada por abraçar a causa da inclusão e deficiência e por apoiar a formação nessa área, dando, desta forma, um testemunho missionário para a sociedade. Por outro lado, em diferentes atividades realizadas com diversos grupos, constata-se pequena presença de lideranças da IECLB, confirmando-se a análise de que o tema da Deficiência e Inclusão ainda precisa chegar mais perto das comunidades.

A IECLB, através da coordenação dos trabalhos na área da Inclusão e Deficiência, integra a **EDAN – Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência**. A missão da EDAN é apoiar o trabalho de indivíduos, grupos e organizações eclesiais preocupados com situações que prejudicam e excluem pessoas com deficiência. Suas metas são manter uma rede ativa das pessoas com deficiência, melhorando sua situação, oferecendo e articulando espaço para suas contribuições ao movimento ecumênico.

EDAN organiza reuniões regionais em diferentes partes do mundo. Os participantes com deficiência contribuem com suas perspectivas e desafiam as suas igrejas a se tornarem mais inclusivas. Na Região Brasil, a Coordenadora da Rede é a Pastora da IECLB Iára Müller. A IECLB esteve presente, nos dias 25 e 26 de março de 2008, no I Encontro Andino de Pessoas com Deficiência, em Quito, Equador e na I Consulta Latino Americana sobre Teologia e Deficiência, que se seguiu, nos dias 26 a 29.

2.4.1.3.2. Publicações e materiais de divulgação e informação

Foi produzido um folder sobre acessibilidade, encaminhado para todos os obreiros e lideranças leigas para informação e sensibilização. Este folder também quer lembrar as comunidades da moção aprovada no XVII Concílio Geral de Três de Maio (1990), que recomenda a remoção de barreiras arquitetônicas nas instituições e templos da IECLB.

Para a **Semana Nacional da Pessoa com Deficiência**, que em 2008 ocorre de 21 a 28 de agosto, elabora-se anualmente um caderno de subsídios, com recursos litúrgicos e orientações. O caderno de subsídios contempla e acompanha a reflexão do Tema do Ano. São produzidos anualmente 3.000 exemplares, encaminhados gratuitamente para comunidades, Sínodos, obreiros e lideranças leigas.

Quanto a publicações novas, está em processo de editoração o 2º volume da série: “Deficiência, o que é real?” em que é abordado o Tema Infância e Violência. A Coordenação de Diaconia tem espaço permanente na página 6 do JOREV para artigos e o compartilhar de acontecimentos. O tema inclusão e deficiência e os eventos nessa área também têm sido veiculados através deste meio de comunicação.

Na área da Inclusão e Deficiência entrou em vigor, a partir de janeiro de 2008, um novo projeto, que tem por tema: **“Construindo Comunidades Inclusivas”**. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia – FLD, sendo, inclusive, uma das ações do Plano Trienal da Fundação. Seu objetivo é contribuir para a construção de comunidades inclusivas, onde todas as pessoas, com e sem deficiência, vivam dignamente com suas diferenças. As áreas específicas que este projeto contempla são:

I – Sensibilizar e conscientizar pessoas para a importância da inclusão a partir dos contextos em que estão inseridas (comunidades, instituições, família), garantindo a participação ecumênica e na sociedade.

II – Motivar a inclusão e a convivência das pessoas com deficiência e familiares na vida em comunidade e sociedade.

III – Formar pessoas para o trabalho comunitário e social na área da inclusão e deficiência, garantindo temas como Políticas Públicas e Direitos Humanos, Sexualidade e Violência, temas apontados como importantes pelas próprias pessoas com deficiência e seus familiares.

IV – Formar educadoras, educadores e lideranças na área da educação inclusiva e educação cristã nos aspectos metodológicos e pedagógicos da educação inclusiva.

V – Fortalecer redes e ampliar parcerias entre IECLB, demais igrejas, instituições e organizações da sociedade em geral.

VI – Promover a formação na área de Inclusão e Deficiência através da divulgação e informação de materiais, garantindo temáticas sobre Sexualidade e Violência.

Para alcançar esses objetivos, são oferecidas aos sínodos possibilidades de seminários, cursos, assessorias e palestras com o tema Inclusão de Pessoas com Deficiência. Assim aconteceu, nos dias 28 e 29 de junho de 2008 em Massaranduba/SC, um Seminário de Inclusão para Lideranças do Culto Infantil, Ensino Confirmatório e Juventude, com 55 participantes. A grande maioria dos participantes era de jovens que atuam no Culto Infantil. Pessoas com deficiência e familiares também estiveram presentes, dando depoimentos de como vivenciam a inclusão. Em outro evento, 550 pessoas participaram da III Etapa da Jornada Nacional para Educação Inclusiva, realizada em 12 de julho de 2008, na Escola Normal Santa Catarina e na Escola Conquistadora, em Novo Hamburgo/RS.

2.4.2. Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias

A implementação da Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias, inserida na estrutura da Secretaria Geral, está sendo financiada por três anos com recursos da Federação Luterana Mundial. A reunião da Diretoria do Conselho da Igreja, em 29/08/2008, homologou o nome de Sabrina Nunes Bolla para assumir a Coordenação a partir de setembro de 2008. As principais atribuições da Coordenação são articular, dinamizar e facilitar o intercâmbio entre as muitas experiências que os diferentes grupos desenvolvem nesta área, promover uma agenda comum de temas para o diálogo, reunir e disponibilizar materiais e prestar assessoria aos Sínodos, através de seminários de capacitação de multiplicadores.

Sendo este um projeto novo, ainda em construção, o planejamento das atividades será discutido e ajustado em um processo participativo, envolvendo o público ao qual o projeto se direciona, tendo como referência os grupos organizados: mulheres, homens, casais, jovens, idosos, obreiras, obreiros e lideranças da IECLB.

Em linhas gerais, as ações previstas para os três anos do projeto são:

- organizar dois seminários em âmbito nacional;
- oferecer três seminários sinodais/intersinodais ao ano para obreiros e obreiras;
- oferecer três seminários sinodais/intersinodais para lideranças de comunidades e organizações confessionalmente ligadas à IECLB.

2.4.3. Projetos Missionários

Projetos Missionários são:

- iniciativas em áreas com pouca ou nenhuma presença da IECLB;
- comunidades em pontos avançados do País;
- comunidades diaconais, cuja ação ultrapassa fronteiras;
- comunidades pequenas, que não se mantêm com recursos próprios, por maior que seja o esforço dos membros;
- projetos de ampliação do trabalho, a partir da comunidade existente;
- comunidades que passam por crises e que precisam do auxílio da Igreja, o corpo de Cristo, para

se restaurarem e reestruturarem.

2.4.3.1. Tramitar pelos canais competentes

À Secretaria Geral, conforme o Regimento Interno, Art. 84, inciso XV, compete: "administrar o encaminhamento às agências doadoras dos projetos de financiamento e missionários, solicitados pelos Conselhos Sinodais". Até chegar ao estágio de ser encaminhado para o financiamento, um projeto precisa ter percorrido as etapas anteriores, e necessita que cada instância tenha cumprido suas atribuições.

Em geral, o processo começa lá na comunidade, pois a ela cabe "criar, planejar e viabilizar setores de trabalho para atender à sua responsabilidade com a assistência espiritual, com a ação diaconal, a catequese, a evangelização e a missão", e também "avaliar, planejar e decidir sobre todas as atividades e tarefas que lhe cabem, viabilizando os recursos necessários para a sua execução", (Regimento Interno, Art. 9º, inciso I e II).

O nascedouro de um projeto também pode ser o planejamento do Conselho Paroquial, a quem cabe, entre outras atribuições (Regimento Interno, Art. 23, especialmente os incisos):

VIII - estimular a abertura de novas frentes de trabalho em setores ainda não atingidos, visando o surgimento e crescimento de Comunidades;

XI - decidir, 'ad referendum' do Conselho Sinodal, pela criação de novos campos de trabalho nas suas Comunidades e na Paróquia, demonstrada a sua viabilidade financeira.

Enquanto na comunidade acontece a dinâmica da elaboração do projeto, que é uma verdadeira "construção", o Conselho Sinodal acompanha de perto, pois,

Art. 38 - O Conselho Sinodal é o órgão representativo das Comunidades, Paróquias, setores de trabalho e serviços do Sinodo, cabendo-lhe, em especial:

II - incentivar e promover junto às Comunidades os projetos de missão, catequese, evangelização e diaconia;

Quando o projeto está planejado, de forma a que a comunidade local se veja retratada, em condições de aderir e de se comprometer com a proposta, constando as assinaturas dos responsáveis legais, o projeto será formalmente apresentado ao Conselho Sinodal, a quem cabe "avaliar e dar parecer sobre os projetos missionários para encaminhamento, através da Secretaria Geral, às instâncias doadoras" (Regimento Interno, Art. 38 inciso XI). Somente então o projeto, juntamente com o Parecer do Conselho Sinodal, é enviado para a Secretaria Geral.

O que formaliza a entrada de qualquer documento na Secretaria Geral é o protocolo. É o número pelo qual o projeto passa a ser acompanhado, podendo ser localizado nos arquivos em qualquer tempo. Na Secretaria da Ação Comunitária a pessoa responsável pelos projetos verifica se a documentação está completa e elabora o Parecer administrativo. É um processo em que entram consultas a atas e ao Banco de Dados para averiguar se o campo de atividade ministerial foi devidamente criado; consulta à Secretaria da Habilitação quanto aos pedidos de envio ao primeiro campo de atividades, pois projetos missionários são campos para envio; consulta à Secretaria do Ministério com Ordenação, nas questões que dizem respeito a obreiras e obreiros que atuam em projetos missionários e consulta à Secretaria de Finanças sobre disponibilidade de recursos. Qualquer projeto só poderá ser iniciado quando os recursos estiverem assegurados e liberados. Cumprida esta etapa, o projeto é apresentado a uma reunião da Conferência dos Secretários, que pode solicitar informações complementares ou encaminhar o projeto para a reunião do Conselho da Igreja, onde é tomada a decisão. A comunicação da decisão do Conselho da Igreja é feita por escrito, constando o extrato da ata da reunião. A isto se chama "tramitar pelos canais competentes"!

Os projetos que a Secretaria Geral recebe, apesar de todos os esforços e orientações, ainda são muito frágeis. As intenções são boas, mas o planejamento não se sustenta. Isto tem uma explicação, e não há porque buscar culpados: numa ponta, o "mundo dos projetos" se torna cada vez mais especializado e exigente; na outra ponta, na maioria das comunidades da IECLB, não há, em termos gerais, um quadro de membros qualificado em planejamento e elaboração de projetos. Com o objetivo de apoiar de forma mais sistematizada a capacitação de lideranças sinodais e das instituições, desde 2008, a Secretaria Geral, em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia, coloca à disposição dos Sínodos as **oficinas de elaboração e gestão de projetos**. Esta qualificação é um esforço no sentido de corresponder minimamente aos critérios das organizações parceiras da IECLB e da Fundação Luterana de Diaconia/FLD no financiamento de

projetos. O PAMI 2008-2012, incentivando todas as instâncias a fazerem o seu planejamento estratégico, pode ter um papel importante na qualificação de pessoas e, assim, responder melhor às exigências do setor.

2.4.3.2. Conhecer alguns números

O volume total de recursos à disposição de projetos está diminuindo, e também o valor médio por projeto diminuiu, guardando um equilíbrio entre 2007 e 2008.

Exercício	2004	2005	2006	2007	2008
Número de projetos apoiados	83	85	80	70	62
Volume total no ano, em R\$	2.016.540,38	1.926.273,41	1.725.652,97	1.397.441,90	1.239.918,67
Valor médio projeto/ano, em R\$	24.295	22.662	21.570	19.963	19.998

A próxima tabela, "distribuição dos projetos por Sínodo", mostra o quadro dos projetos financiados com recursos externos. De forma positiva, e para isto a Campanha Nacional "Vai-Vem" serve como motivação forte, cresce o número de projetos mantidos com recursos mobilizados na área sinodal. A Secretaria Geral não dispõe de informações completas sobre esses projetos, mas recebe notícias que dão conta de que em 2009 uma série de projetos missionários será sustentada por iniciativa dos próprios sínodos.

Sínodo	2004	2005	2006	2007	2008 em andamento
Amazônia	05	06	05	04	07
Mato Grosso	05	07	08	07	06
Brasil Central	14	10	09	07	05
Espírito Santo a Belém	10	09	08	08	06
Sudeste	08	09	09	08	07
Paranapanema	09	09	08	08	07
Rio Paraná	02	02	01	01	01
Norte Catarinense	02	02	02	01	00
Centro-Sul-Catarinense	04	05	04	04	03
Nordeste Gaúcho	04	03	03	02	01
Planalto Rio-grandense	02	02	02	01	00
Uruguai	02	02	01	01	01
Noroeste Rio-grandense	01	01	01	01	01
Centro-Campanha-Sul	04	04	04	03	02
Rio dos Sinos	03	04	05	05	05
Sul-Rio-Grandense	05	04	03	02	01
Vale do Taquari	01	03	03	02	01
Outros / Institucionais	02	03	04	05	08
Projetos – total	83	85	80	70	62

fonte: banco de dados da Secretaria Geral

Além dos 62 projetos que estão recebendo recursos do orçamento extraordinário em 2008, o Conselho da Igreja, em sua reunião de 30.11-01.12.2007, aprovou outros 05 projetos, para os quais não há recursos em 2008. Estes projetos continuam na lista de espera, aguardando recursos para 2009, juntamente com todos os projetos apresentados em 2008, no contexto em que a IECLB realiza uma Campanha de Missão com o objetivo de captar recursos para projetos missionários.

Algumas fontes doadoras do exterior acenam com crescimento da oferta de recursos para iniciativas na área diaconal, de curto prazo, focados em ações bem concretas, não com financiamento de estrutura.

Internamente, o cenário é de que o maior número de projetos concentra-se em pedidos de auxílio para a manutenção da comunidade, justamente o perfil de projeto que enfrenta as maiores reduções, e para o qual não há perspectiva de retomada de injeção de novos recursos. Ou seja, significa que a própria IECLB deverá suprir as comunidades deficitárias naqueles locais em que entender que a presença da Igreja é estratégica.

2.4.4. Desafios e expectativas

Expectativas da Secretaria Geral na área da Ação Comunitária para o próximo biênio são:

- contribuir para a implementação do Plano de Ação Missionária nas comunidades da IECLB, para que mais pessoas estejam envolvidas em ações comunitárias;
- contribuir no processo de capacitação de lideranças nas áreas:
 - * multiplicadores de Diaconia;
 - * inclusão de pessoas com deficiência;
 - * gênero, gerações e etnias;
 - * planejamento, com vistas à elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos projetos;
 - * captação de recursos públicos e privados;
- criar um Banco de Projetos, de forma a ter bons projetos a oferecer nas negociações com organizações parceiras;
- promover a aproximação e facilitar a articulação em rede de organizações confessionalmente ligadas à IECLB e que atuam em áreas afins;
- participar da discussão sobre a implementação do programa HIV e AIDS na IECLB;
- incentivar, para que cresça a participação da Igreja junto à sociedade civil, dando um testemunho cristão junto a diferentes grupos e organizações;
- Voluntários de Missão:
 - * ampliar a oferta de vagas, passando a receber 30 voluntários/as de missão ao ano;
 - * criar uma sistemática de visitas regulares aos voluntários e às instituições e comunidades que os acolhem, para dar um acompanhamento maior durante o período em que estão no Brasil;
 - * ampliar a oferta de temas para o voluntariado, articulando o Programa com organizações que trabalham na área da ecologia, água e meio ambiente, agricultura familiar, segurança alimentar e agroecologia; prevenção e solidariedade às pessoas que vivem e convivem com HIV e AIDS, direitos humanos, entre outras.

2.5. Secretaria de Finanças

“A administração financeira da entidade religiosa deverá ser feita com amor, seriedade, honestidade e transparência. O tesoureiro está administrando o dinheiro da Igreja e não o dele próprio.” (Osmar Gerhardt no Jornal Evangélico Luterano de jan/fev de 2007)

“Como Presbitério, não podemos deixar que os problemas financeiros sejam a tônica das nossas preocupações, mas sim que a Palavra de Deus seja o centro de todas as ações, mesmo as relacionadas às finanças”. (Iris Wiedeman no Jornal Evangélico Luterano de julho de 2007)

Na área das Finanças, a Secretaria Geral conta com uma Secretaria, coordenada por Gerson Luiz Wendt, que ocupa o cargo desde 18/08/2008, após a aprovação da reativação dessa Secretaria. No período anterior, o setor financeiro foi coordenado pelo Diretor do Departamento de Finanças, Amauri J. Ludwig. Esta Secretaria cumpre, atualmente, as seguintes tarefas principais:

- orientar e assessorar administrativamente nos assuntos de economia, finanças e patrimônio;
- elaborar proposta de orçamento geral da IECLB;
- coordenar a execução orçamentária aprovada pelo Conselho da Igreja ou pelo Concílio;
- executar a gestão patrimonial;
- coordenar a tesouraria e contabilidade da IECLB;
- fazer o encaminhamento administrativo dos pedidos de auxílio e de empréstimo de Comunidades e Paróquias;
- fazer o encaminhamento administrativo dos pedidos ao Fundo de Solidariedade dos Sínodos;
- confeccionar o balanço da IECLB;
- fazer o encaminhamento administrativo dos assuntos que envolvem os bens imóveis da IECLB;
- administrar os recursos repassados pelas entidades do exterior.

No desempenho de suas tarefas, a Secretaria conta, especificamente, com as seguintes normas da IECLB:

- Regulamento dos fundos de empréstimo e auxílio, aprovado pelo Conselho da Igreja em 1999 com emenda em 2005, publicado nos Boletins Informativos 168 e 187;
- PAMI – Plano de Ação Missionária da IECLB
- Critérios para a cobertura das despesas de viagem, hospedagem e alimentação em reuniões de Concílios, Conselhos, Comissões e grupos de trabalho na Igreja, e Resolução

- ref. Comprovação de despesas em reuniões e encontros, aprovados pelo Conselho da Igreja em 2000 e 2002, publicados nos Boletins Informativos 172 e 175;
- Regulamento de Auxílio mudança, aprovado pelo Conselho da Igreja em 2002 e publicado no Boletim Informativo 176;
 - Regulamento de Auxílio de Viagem de Férias, aprovado pelo Conselho da Igreja em 1996 e publicado no Boletim Informativo 151;
 - Diretrizes para a Contribuição das Comunidades e Paróquias à IECLB, aprovadas pelo Concílio de 1996 com adendo do Conselho da Igreja de 2005, publicadas no Boletim Informativo 187;
 - Resolução 026 ref. acompanhamento e orientação do recolhimento de contribuições, aprovada pelo Conselho da Igreja em 2001 e publicada no Boletim Informativo 174;
 - Critérios para concessão de auxílios do Fundo de Solidariedade dos Sínodos, aprovados pela Diretoria do Conselho da Igreja em 1999, publicada no Boletim Informativo 169;
 - Critérios para Ressarcimento do uso de veículo, aprovados pelo Conselho da Igreja em 1997, publicados no Boletim Informativo 157.

No relatório para o último Concílio, propusemo-nos a consolidar:

- encontrar formas de sair do déficit recorrente nas contas da IECLB;
- contribuição: implementar uma ação administrativa conjunta para que o tema seja prioridade em todas as áreas;
- gestão: utilizar ferramental do mercado, ajustá-lo às necessidades, com o propósito de melhor gerir os recursos.
- comunicação: investir em divulgação clara e abrangente, fazendo-a chegar na comunidade, que é a base do trabalho da IECLB;
- equipe: investir em novos profissionais e construir plano de cargos e salários;
- formação: fornecer parâmetros de administração aos estudantes e aos obreiros, por serem repassadores de informação;
- patrimônio: solucionar as pendências do imobilizado da IECLB;
- benefícios fiscais e tributários, imunidades e isenções, obrigações a recolher: buscar assessoria tributária e fazer cronograma de ações para identificar fragilidades e necessidade de ajustes;
- orçamento: propor planejamento financeiro.

O setor financeiro é, assim como a Secretaria Geral, um setor executivo de decisões, sendo o mais sensível na organização IECLB, e isso vale para todos os níveis: na Comunidade, na Paróquia, no Sínodo, nas instituições e setores de trabalho. Ele desenvolve normalmente suas atividades em meio a constantes cobranças e críticas. Por constituir o espelho que reflete a realidade nua e crua da instituição ou de uma empresa, o setor de finanças mostra se planejamentos a curto, médio e longo prazo foram feitos, se decisões de parte das Direções foram tomadas e se o discurso teve coerência com a prática.

Olhar para o setor financeiro significa, ao mesmo tempo, olhar-se no espelho. Nem sempre gostamos de fazer isso, preferindo desviar o olhar, criticar e cobrar, quando poderíamos analisar nossa responsabilidade perante o que vemos: a dieta que ainda não começamos, a atividade física que deixa a desejar. As finanças refletem o planejamento que não foi feito, os ajustes/cortes de custos, decisões políticas referentes a projetos de reestruturação administrativa de hardware, software e de recursos humanos.

O Evangelho nos ajuda na reflexão sobre esse olhar. Diz Jesus em Lucas 14.28: “Se um de vocês quer construir uma torre, primeiro senta e calcula quanto vai custar, para ver se o dinheiro dá. Se não fizer isso, ele consegue colocar os alicerces, mas não pode terminar a construção”. A Secretaria Geral, em especial o seu setor de Finanças, é o trabalhador contratado para calcular o custo da obra e de gerenciar os recursos após a aprovação do orçamento. Pode e deve ser cobrada se os gastos extrapolam o aprovado, mas não pode ser cobrada pelo montante dos recursos aprovados e pelos cortes efetuados. Pode e deve ser cobrada por não ter alcançado eficiência maior na gerência dos recursos e na confecção de relatórios, mas essa crítica deve estar embasada em conhecimento dos procedimentos adotados e das condições dadas, principalmente antes de colocar em dúvida a transparência ou a idoneidade de quem executa a obra.

A IECLB, como entidade, está inserida no mundo jurídico, contábil, financeiro, tributário e, como tal, precisa cumprir as legislações, ajustando-se, adequando-se e aprendendo a sobreviver num

mundo globalizado e com voracidades tecnológicas, tributárias e de legislações. Partindo dessas premissas, tem-se a possibilidade de entender um pouco mais das demandas e obrigações, controles de procedimentos e processos que precisam ser efetuados e que, na maioria dos momentos, não aparecem, por serem lastro para que a entidade possa cumprir seu objetivo e sua missão constantes em seu estatuto. Além dessas obrigações de pessoa jurídica legalmente constituída, somam-se a elas as regras e regulamentos internos da entidade que norteiam a atividade das finanças da Igreja.

2.5.1. Orçamento geral da IECLB

O orçamento é ferramenta gerencial essencial. Espelha as prioridades e o planejamento estabelecidos pela Direção. Reflete escolhas, nem sempre fáceis, tomadas a partir de análises das repercussões para a instituição no presente e no futuro. É construído com base nas diretrizes, procedimentos e normas da instituição, com base na legislação vigente no país e em decisões da Direção.

Em 2007 e 2008 realizamos adequações na proposta da peça orçamentária com o objetivo de dar a ela uma estrutura mais gerencial, para que – a partir de novos controles internos – forneça elementos mais específicos na área dos custos por setor.

O Concílio em 2006 incumbiu o Conselho da Igreja de promover estudos, em conjunto com os Sínodos, Comunidades e Paróquias, visando reverter o quadro de déficit orçamentário. Graças ao trabalho dos Sínodos em torno do tema *Fé, Gratidão e Compromisso*, seu acompanhamento administrativo de Comunidades e Paróquias e graças à opção de segurar investimentos previstos no orçamento central, conseguimos reduzir o déficit. O comparativo entre o que foi orçado e realizado mostra o cuidado com a execução das despesas. Isto revela que existe um esforço sério e comprometido em diferentes instâncias da IECLB no sentido de *cuidar bem do bem da IECLB*.

O déficit, que era recorrente nos últimos anos, está sob controle. Mas existe um déficit maior a ser encarado por todos nós e em todos os níveis: o déficit de investimentos, principalmente na área administrativa. Além de toda demanda decorrente de decisões de instâncias diretivas internas, temos a demanda obrigatória decorrente da legislação do País que, se não cumprida, coloca em risco toda a instituição. Essa demanda precisa ser corretamente dimensionada para recuperar o déficit de organização administrativa – local, sinodal e nacional – que temos. Os investimentos nessa área precisam passar pela pergunta: que igreja esperamos ser daqui a 10 ou 20 anos?

Os relatórios contábeis e financeiros são regularmente publicados no Boletim Informativo para conhecimento de todos os presidentes de Paróquia e dos Sínodos, Diretores de Instituições e Setores de Trabalho, obreiros e conselheiros.

2.5.2. Contribuições

A Secretaria Geral recebe o repasse feito dos recursos de dízimo feito pelos Sínodos, que cabem ao orçamento central da IECLB. Não recebe a discriminação do montante por paróquia, nem o orçamento sinodal. Não tem, portanto, condições de submeter ao Conselho da Igreja avaliações globais. O Concílio de 2006 decidiu que as comunidades e paróquias enviassem seus relatórios de dízimo e também das ofertas aos Sínodos e que estes realizassem levantamentos e comparativos, a fim de cumprir a regulamentação em vigor do dízimo. Também decidiu que as Comunidades e Paróquias em atraso fossem monitoradas pelos Sínodos, que deveriam estipular prazos para a regularização dessas pendências. O empenho dos Sínodos para atender essa decisão refletiu no aumento do repasse, resultando, em 2007, numa variação positiva de 16,84% acima da projeção feita pela reunião dos Tesoureiros Sinodais.

Em aberto está ainda o levantamento solicitado pelo Concílio de 2006 ao Conselho da Igreja sobre o montante que representa o dízimo repassado sobre construções novas. A Secretaria Geral encaminhou solicitação do Conselho da Igreja aos Sínodos para que efetuem esse levantamento.

O Concílio também decidiu que o tema *Fé, Gratidão e Compromisso* seja trabalhado através de um Tema do Ano, focado na necessidade real da Igreja. Isto será contemplado através do Lema de 2009: *Deus ama quem oferta com alegria* (2 Co 9.7b).

2.5.3. Auditoria

As contas da IECLB são auditadas desde 1999. As de 2006 e 2007 foram auditadas pela empresa Aloísio Martins Auditores Associados, de acordo com os Princípios Técnicos e das Normas de Auditoria:

- a) “o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e o controle interno da entidade;
- b) a constatação, com base em testes e amostragens, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;
- c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.” (Relatório de Auditoria)

Ambas auditorias apresentaram sugestões e observações para melhorar os controles internos e as informações financeiras e não encontraram evidência que comprometa as demonstrações ou desabone quem as efetuou. Todos os membros do Conselho da Igreja receberam cópia da Auditoria com suas recomendações e seu parecer. Entre as recomendações estão a formalização dos controles e rotinas internas, com elaboração de manuais e o planejamento completo da área de Recursos Humanos.

2.5.4. Assessoria

Atender a demanda por informações e orientações é um desafio diário. A regularização dos patrimônios, a busca de isenção do IPTU e de contribuições sindicais e assistenciais são as dúvidas mais freqüentes. O fato da legislação não ser estática exige do setor financeiro constante investimento em pesquisas e consultas junto a fontes de referência idônea.

Precisam ser mencionados também os artigos no Jornal Evangélico Luterano na coluna *O Financeiro Responde*, que teve boas repercussões, inclusive com matérias veiculadas em sites de Sínodos ou enviadas via e-mail. Os artigos têm o objetivo de informar, orientar, chamar a atenção dos interessados para as questões legais, contábeis e tributárias.

Nesse biênio também continuamos realizando assessorias em encontros sinodais, como seminários de presbíteros, reuniões do Conselho e da Diretoria. Tratamos de temas como: fé, gratidão e compromisso, obrigações principais e acessórias relacionadas às questões legais, contábeis e tributárias, como previdência, impostos e contribuições, fidelidade de documentação contábil, controles administrativos etc.

2.5.5. Procedimentos contábeis e financeiros

A IECLB se enquadra junto às esferas municipal, estadual e federal como empresa, mesmo a Constituição Brasileira reconhecendo a autonomia de organização das Igrejas. Por seu objetivo social-estatutário, a Igreja cumpre uma gama de leis que regulamentam o assim chamado Terceiro Setor.

O enquadramento legal compromete tanto os responsáveis administrativos como os obreiros e funcionários a documentar todos os procedimentos e a anexar, por exemplo, nas prestações de contas, documentos hábeis para provar as despesas. Na sede da IECLB introduzimos uma série de procedimentos que facilitaram o trabalho do setor financeiro, no sentido de focar sua ação no que realmente lhe cabe, tirando-lhe a carga de verificar se controles internos, alheios à área financeira, foram previamente aplicados.

Para os próximos meses estão previstas grandes mudanças na área contábil-financeira, decorrentes da implantação, pelo Conselho Federal de Contabilidade, de adequações à legislação contábil internacional. Já aprovada está a ECD – Escrituração Contábil Digital, que entrará em vigor em janeiro de 2009, o que exigirá adequações e aquisição de novas ferramentas tecnológicas.

Novos controles e documentos precisam ser confeccionados com relação ao ingresso de recursos do exterior e em relação a convênios e parcerias. Algumas entidades financeiras já solicitam o convênio traduzido, quando da conversão de uma doação para projeto. Além disso, precisam ser elaborados: cronograma financeiro que reflita o ingresso, estudos dos resguardos e sobre os enquadramentos jurídicos.

Demandas novas expressivas foram:

- a incorporação contábil do Jornal Evangélico Luterano;

- novas regras para o câmbio, com demanda documental que tende a aumentar, inclusive em termos de revisão de contratos e convênios;
- novas exigências por parte de entidades doadoras referentes à prestação de contas de recursos repassados;
- contabilização da Campanha de Missão.

2.5.6. Patrimônio

Qualquer alteração de patrimônio imóvel acontece apenas com a aprovação por maioria absoluta dos representantes sinodais no Conselho da Igreja. No último biênio foi submetida ao Conselho da Igreja a proposta de definição de uma política patrimonial, considerando que a desvinculação jurídica tem reflexos importantes nessa área. A elaboração desta política patrimonial carece de uma definição estratégica, que passa pela avaliação do futuro da IECLB, relacionada às suas reservas patrimoniais.

A área carece de maior investimento interno em termos de levantamentos e regularização de patrimônio em nome da IECLB. Sabe-se que há imóveis localizados em Paróquias ou junto a Instituições que ainda constam em nome dos antigos Sínodos, de quem a IECLB é sucessora legal e que precisam ser regularizados. Há pendências também com a regularização da sede da IECLB que estão na dependência de tratativas com a Comunidade de Porto Alegre e Paróquia Matriz, as quais compõem o condomínio e, como tal, são co-responsáveis pelas decisões.

A Secretaria Geral mantém levantamento de todo o seu patrimônio móvel interno, efetuando baixas a partir de laudo técnico para o registro de baixa de bens obsoletos.

2.5.7. Encaminhamento administrativo de Auxílios e Empréstimos

Nesse biênio, o setor financeiro encaminhou administrativamente 36 empréstimos a paróquias, que somaram R\$ 537.551,00 em valores aprovados: 20 para aquisição, troca ou manutenção de veículo de serviço, 13 para construção, reforma ou manutenção de imóvel, 02 para área da informática e 01 diversos.

Tramitaram 06 pedidos de auxílio: 03 de mudança de obreiro, 01 de reparo e restauração de moradia de obreiro, 01 de reconstrução de templo e centro comunitário destruído por vendaval e 01 para continuidade dos trabalhos da paróquia.

Ao Fundo de Bíblias foram dirigidos 64 pedidos, sendo autorizados auxílios para a aquisição de 3.875 exemplares, a maioria para uso em celebrações, cultos e estudos bíblicos.

2.5.8. Tecnologia da Informação

Foram introduzidas diversas alterações na área da informática, a começar pela reestruturação do setor, visando maior eficiência dos serviços prestados, como: revisão de infra-estrutura de segurança, instalação de software de gerenciamento de acessos, padronização do ambiente operacional, instalação de rede sem fio, atualização de sistemas internos, revisão de links de comunicação, documentação de todos processos internos, melhoria do sistema de telefonia, otimização no banco de dados, atualização de equipamento. A implementação dessas melhorias, além do impacto operacional, significou redução de custos.

Para 2009, estão projetados: melhoria da interface com os Sínodos, melhoria na estrutura elétrica, desenvolvimento de arquivo digital, desenvolvimento do sistema de intranet, sincronização dos servidores com o portal, melhorias no sistema de telefonia, melhoria no banco de dados.

2.5.9. Apoio financeiro das Igrejas-irmãs e entidades ecumênicas

Além da parceria administrativa, a IECLB continuou contando, neste biênio, com o importante apoio financeiro das Igrejas-Irmãs, em especial a Igreja Evangélica na Alemanha, a Igreja Evangélica Luterana na Baviera, e de entidades conveniadas, como o Gustav Adolf Werk, a Federação Luterana Mundial, a Sociedade Missionária Norueguesa e a Fundação Liselote e Rosina Heinrich. Sem esta ajuda, o orçamento geral da IECLB não poderia apoiar, como apóia, a formação teológica nos três centros de formação, projetos missionários estratégicos, projetos diaconais, cursos de formação, nem dar apoio em situações emergenciais que ocorrem em comunidades e paróquias.

2.5.10. Desafios e expectativas

Expectativas da Secretaria Geral na área das Finanças para o próximo biênio são:

- Recursos Humanos: investir em acompanhamento e capacitação dos colaboradores, considerando que são essenciais para o bom desempenho da Secretaria Geral;
- Orçamento: que as dotações sejam cada vez mais reflexo de decisões e de planejamento da Igreja e não só de projeções técnicas; que a unidade da Igreja se reflita melhor no orçamento central; que os executivos sejam cobrados e também reconhecidos pelo seu desempenho, o mesmo valendo para as Direções que tomam as decisões;
- Contribuição: que ocorram maiores investimentos na área da *Fé, Gratidão e Compromisso*, em termos de políticas nacionais, comunicação e ações de capacitação, também na área da formação dos obreiros e obreiras;
- Patrimônio: que seja feita uma avaliação global do patrimônio da IECLB, incluindo aquele que consta em nome de Sínodos, Instituições e Setores de Trabalho, Comunidades e Paróquias: respaldo jurídico sólido, consciência da necessidade de ações em favor da unidade, responsabilidade perante doadores do exterior e internos; aquisição de sistema de controle que permita um melhor acompanhamento dos bens, com cálculo da depreciação para registro.
- Contabilidade: preparar-se para as mudanças. A internacionalização da contabilidade está em curso e, para tanto, a IECLB toda precisa investir em profissionais que possam adequar/ajustar os processos práticos à nova legislação.
- Gestão de pessoas: a conclusão efetiva do processo de gestão de pessoas, com a elaboração de uma política clara de cargos e salários, bem como de benefícios.

2.6. Geral

No relatório para o último Concílio, propusemo-nos a consolidar em nível geral de Secretaria Geral:

- atribuições e competências: pleitear, junto ao Conselho da Igreja, maior clareza acerca das competências das diferentes instâncias, bem como a definição do papel dos departamentos, setores de trabalho, conselhos e comissões;
- administração interna: consolidar o processo de reorganização, investir na qualificação dos colaboradores;
- unidade: promover a construção de uma unidade de procedimentos administrativos em parceria com todos os sínodos; promover a visão do todo da IECLB; aprofundar e clarear o lugar das diversas instituições com as quais a IECLB tem vínculo confessional;
- ecumene: investir nos contatos administrativos com as igrejas e entidades parceiras;
- comunicação: promover a visão de conjunto da IECLB enquanto corpo de Cristo, gerar atitudes propositivas, agregadoras, motivadas pela teologia luterana.
- planejamento: continuar pautando todas as ações de forma estratégica, com intencionalidade, buscando resultados, propondo ações e cuidando bem do bem da IECLB.

2.6.1. Reuniões – organização e encaminhamentos

O Conselho da Igreja realizou, neste biênio, 06 reuniões; a Diretoria do Conselho da Igreja 08. A tarefa da Secretaria Geral, com relação a essas reuniões, é de organizá-las, submeter a elas os assuntos que lhe cabem e de encaminhar as decisões tomadas a quem de direito. Nesse biênio qualificamos nossos encaminhamentos via Parecer Administrativo. A intenção é de colocar ao Conselho da Igreja e à Diretoria o maior número de informações relacionadas a cada assunto, situar o assunto no âmbito maior em que está inserido e ampará-lo nos documentos normativos. Falhamos ainda no encaminhamento prévio desses pareceres aos conselheiros, pois não estamos conseguindo priorizar esta tarefa perante as outras.

Em 2006 o Conselho da Igreja criou 5 Comissões Técnicas para fazer frente à sua agenda: 1. Administração, Gestão e Finanças, 2. Formação e Educação, 3. Ministérios, 4. Missão, Ecumene e Comunicação, 5. Normas. Em novembro desse mesmo ano realizou o encontro de todos os participantes dessas comissões. Houve expectativas de parte a parte com relação a essas comissões. De parte da Secretaria Geral tínhamos a expectativa de que estas Comissões Técnicas auxiliariam o Conselho da Igreja na regulamentação de assuntos em aberto e na elaboração de políticas e no atendimento da demanda jurídica, como a dos novos estatutos-padrão para comunidade, paróquia e sínodo. Mas esta expectativa não se confirmou. Revelou-se, isto sim, uma demanda a mais para a Secretaria Geral. Também não pudemos vir ao encontro das expectativas do Conselho da Igreja, como a de sermos os responsáveis por elaborar propostas de regulamentações para as Comissões Técnicas e de fornecer relatórios financeiros para os quais

não tínhamos condições técnicas no momento. Isto teve e tem um custo alto para toda a IECLB. Trata-se, pois, de um tema a ser retomado com urgência.

As decisões do XXV Concílio, realizado em Panambi em 2006, foram todas encaminhadas. As alterações normativas foram publicadas, as moções foram submetidas ao Conselho da Igreja e receberam encaminhamentos práticos. Algumas ainda estão em fase de andamento.

2.6.2. Assessorias

Nesse biênio prestamos diversas assessorias. Na assessoria presencial passamos a priorizar os eventos de abrangência sinodal e nacional. Nessas ocasiões, as áreas mais requisitadas foram a da Educação Cristã e a de Finanças. Nas demais, foram as questões de natureza jurídica.

2.6.2.1. Assessoria Jurídica – As consultas na área jurídica continuam aumentando. Envolvem mais e mais questões de pessoal – tanto referentes a obreiros como a colaboradores leigos. Parte dessa demanda requer atendimento emergencial. Os assuntos que mais exigiram investimentos foram: INSS de obreiros, dificuldades com registro de estatutos, regularização de patrimônio paroquial e de comunidade, direito de uso do cemitério, imunidade tributária. Para dar conta dessa demanda, a IECLB mantém contrato com Codorniz Advogados, que passa a apresentar o seguinte relatório:

No último biênio, a Assessoria Jurídica recebeu de diferentes instâncias da IECLB 945 e-mails, consultas realizadas e respondidas por telefone, pareceres e análises de documentos recebidos por correio ou pessoalmente no escritório. Esta assessoria participou de reuniões da Diretoria do Conselho da IECLB, do Conselho da Igreja, dos Pastores Sinodais com a Presidência, dos Tesoureiros Sinodais, dos Presidentes Sinodais com a Presidência, além das realizadas com a Secretaria Geral e com terceiros.

Com objetivo de esclarecer lideranças formadoras de opinião e presbíteros/as envolvidos na administração das Comunidades, Paróquias e Sínodos da IECLB, foram realizadas palestras por integrantes da Secretaria Geral, acompanhadas pela Assessoria Jurídica na pessoa do Dr. Jeferson De Boni Almeida. Os assuntos mais abordados foram os aspectos tributários, previdenciários, trabalhistas, responsabilidade civil dos integrantes das diretorias destas, regularização patrimonial, regularidade das construções realizadas, formalização do contrato de trabalho voluntário, entre outros assuntos.

A assessoria prestada no âmbito judicial se estende a outros processos envolvendo entidades, religiosas ou não, ligadas à IECLB. Nestas ocasiões, a Assessoria Jurídica orientou outros advogados e as próprias pessoas envolvidas. Noutras, a Assessoria atuou com mediação de outros escritórios de advocacia, como por exemplo, na cidade de São Paulo-SP, quando foram equacionados problemas trabalhistas envolvendo uma comunidade onde significativo patrimônio da IECLB estava penhorado.

Foco fundamental da Assessoria Jurídica foi o de buscar soluções no sentido de dar maior segurança jurídica nas relações internas e externas da IECLB. Neste trabalho foram detectadas fragilidades jurídicas preocupantes que precisam ser urgentemente sanadas, inclusive através de uma melhor capacitação administrativa e técnica das pessoas envolvidas nas decisões no âmbito da IECLB e, em algumas situações, através de planejamento de médio e longo prazo. A IECLB carece de um processo urgente de formação de suas lideranças que irão assumir funções de liderança (cargos), tanto leigas quanto de seus obreiros.

2.6.3. Processo de Gestão de Pessoal

Em 2007 foram contratados os serviços da Empresa Gewandt Psicologia Empresarial Ltda para assessorar na estruturação do perfil dos cargos, na definição de competências e de indicadores de desempenho e na capacitação dos gestores dos diversos níveis para a realização da avaliação de todos os colaboradores que atuam na sede da IECLB. A empresa também está assessorando na implantação dos subsistemas de Treinamento & Desenvolvimento e de Recrutamento & Seleção e auxiliará na sensibilização da equipe com vistas a obter os melhores resultados e a efetividade do processo.

O processo compreendeu as seguintes etapas:

- 1.1. Mapeamento da estrutura atual (reunião com a coordenação, análise de documentos).
- 1.2. Comunicação interna sobre o projeto (reunião com todos colaboradores).
- 1.3. Levantamento dos dados das atividades atuais (através de questionário preenchido por cada

ocupante de cargo).

1.4. Levantamento das expectativas dos gestores em relação aos cargos (através de questionário preenchido pelos gestores).

2.1. Treinamento da equipe de trabalho.

2.2. Apresentação dos perfis de cargo para os ocupantes (reunião do gestor com cada ocupante de cargo, mediado pela consultoria ou pela assessoria interna do projeto).

3.1. Workshop de capacitação dos avaliadores.

3.2. Avaliação das competências (reunião do gestor com cada ocupante de cargo, mediado pela consultoria ou pela assessoria interna do projeto).

3.3. Qualidade assegurada das avaliações (*feedback* com a consultoria).

3.4. Devolutiva das avaliações (reunião do gestor com cada ocupante de cargo).

As avaliações de todos os colaboradores e colaboradoras trouxeram novos parâmetros para dentro da Secretaria Geral. Todos os avaliadores enfrentaram a situação de serem avaliados por seus superiores imediatos, o que qualifica todo o processo. O fato de todos os colaboradores e colaboradoras passarem a ser avaliados anualmente, a partir de seus mapas de competência, aumenta o nível de responsabilidade, de comprometimento e engajamento. O investimento de tempo e de recursos financeiros já mostra retorno.

Como investimento que é, o processo de gestão de pessoal apresentou, num primeiro momento, um levantamento das atividades realizadas pela Secretaria Geral e, num segundo momento, servirá de subsídio para a elaboração de diagnóstico da atividade exercida na sede da IECLB, aliado a dados referentes à diversidade e volume de processos, à análise da demanda administrativa e sua capacidade de absorção.

2.6.4. Comunicação

2.6.4.1. Interna

A Assessoria de Comunicação foi reestruturada no início de 2007. Hoje contamos com uma assessoria externa, de tempo parcial, para a divulgação dos atos da Presidência.

A comunicação das decisões e encaminhamentos administrativos acontece via publicação no Boletim Informativo da IECLB. Ele registra, por exemplo, todos os auxílios e empréstimos concedidos a comunidades e paróquias, todos os projetos missionários aprovados e encaminhados a entidades doadoras do exterior, o orçamento do próximo exercício, bem como o balanço aprovado, todos os encaminhamentos referentes à vida ministerial dos obreiros e obreiras, além de todas as resoluções e regulamentações aprovadas. Recebem o Boletim Informativo todos os presidentes de paróquia, os presidentes de sínodo, os obreiros e obreiras e as instituições e setores de trabalho da IECLB.

Os presidentes e os pastores sinodais recebem ainda cópia de todas as atas do Conselho da Igreja, Diretoria do Conselho da Igreja e da Conferência dos Secretários, o que lhes dá condições de acompanhamento. No caso da Conferência dos Secretários, trata-se dos encaminhamentos administrativos semanais da Secretaria Geral.

A comunicação é o grande desafio para a IECLB e uma das áreas onde há maiores indefinições quanto a competências. O Conselho da Igreja conta com o apoio do CONAC/Conselho Nacional de Comunicação na formulação de propostas para a área de comunicação. As expectativas na área da comunicação com relação à Secretaria Geral mostram o quanto ainda estamos na concepção da antiga estrutura. Uma Igreja descentralizada precisa encontrar soluções para os seus problemas de comunicação em conjunto. Concretamente já ficou claro que nenhum Secretário ou Assessoria tem condições de responder administrativamente nessa área sem políticas e critérios nacionais para a comunicação. Ou seja, a IECLB, através de suas instâncias diretivas, precisa urgentemente definir qual é a sua política de comunicação.

Como Secretaria Geral pretendemos, em 2009, colocar no ar um site dentro do portal da IECLB, a fim de disponibilizar o maior número de informações possíveis para os presbíteros, presidentes de paróquia e de Sínodo, diretores e coordenadores de instituições e setores de trabalho e para obreiros, como banco de dados, formulários, modelos, estatutos-padrão, orientações financeiras, jurídicas, ministeriais, dados financeiros e estatísticos, programa de processos on-line.

2.6.4.2. Teto Jurídico

Ocupou-nos nesse biênio a busca de solução jurídica para o enquadramento do Jornal Evangélico Luterano e do Portal. Primeiramente estudou-se com assessorias especializadas a

possibilidade de criação de uma entidade própria para abrigar o jornal, o portal, a Editora Sinodal e outros meios de comunicação. Considerando que há várias questões que carecem de definições maiores, como políticas e planejamento na área da comunicação, a Diretoria do Conselho da Igreja decidiu, por ora, integrar o Jornal e o Portal no CNPJ da IECLB. A Editora Sinodal constituiu-se em uma associação.

2.6.4.3. Jornal Evangélico Luterano - O Jornal Evangélico Luterano é o jornal nacional da IECLB, que leva, mensalmente, aos seus leitores e leitoras, informação, motivação, reflexão e formação, com o intuito de aproximar luteranos e luteranas de todo o País.

A vocação do Jorev de unir a nossa família de fé se confirma em suas páginas, que colocam os nossos membros em destaque e também na sua presença em todos os Estados do Brasil, inclusive em muitas cidades onde ainda não há Comunidades da IECLB, servindo, nestes casos, como um importante elo entre a Igreja e os seus membros.

A proposta editorial do Jorev é baseada na crença de que o conhecimento da nossa doutrina, que assumimos ao nos professarmos luteranos, é um dos elementos indispensáveis para que possamos, cada vez mais, expressar e viver a nossa fé e participar ativamente da nossa Igreja, propagando os valores do Evangelho dentro e fora dela.

O que sintetiza o propósito do Jorev é a convicção de que a IECLB somos nós e de que o jornal é um importante espaço para compartilhar a vivência, o trabalho, os desafios e as conquistas da nossa caminhada cristã.

A missão do Jorev, fundamentalmente um veículo de comunicação a serviço da IECLB, é, conforme o artigo 3º da Constituição da nossa Igreja:

- propagar o Evangelho de Jesus Cristo;
- estimular a vivência evangélica pessoal, familiar e comunitária;
- promover a paz, a justiça e o amor na sociedade;
- participar do testemunho do Evangelho no País e no mundo.

O Jorev Luterano busca ser uma ferramenta de integração, fortalecimento e motivação de lideranças e Comunidades por meio da informação e da comunicação afirmativa, construtiva e voltada para o cumprimento da missão da Igreja.

A cada dia que passa, o Jornal Evangélico Luterano ganha mais espaço dentro das Comunidades da IECLB, consolidando uma posição ímpar como veículo de comunicação que busca alcançar todos os segmentos atuantes da IECLB, ao conceder espaço para os mais variados setores da Igreja, propiciando uma rica troca de experiências e vivências entre membros e lideranças.

Com uma proposta editorial que tem como critério fundamental ser um veículo que fale sobre a Comunidade para a Comunidade, por meio de matérias e entrevistas de interesse geral, a respeito de temáticas e pessoas integradas à nossa realidade e confessionalidade, com o uso de uma linguagem fácil, objetiva e de largo alcance, o Jorev tem manifestado e confirmado diariamente a sua vocação cristã com liberdade e espontaneidade, cumprindo com a sua missão de levar à Comunidade a expressão máxima da nossa identidade luterana.

Entre os desafios para o próximo biênio, estão o de chegar mais e mais aos lares luteranos e o de consolidar a autonomia financeira do nosso Jorev Luterano.

2.6.4.4. Portal da IECLB

Deus pela ação de seu Espírito desperta em nós, mediante a Palavra, a fé que transforma a vida e a realidade. A Reforma do século XVI, que redescobriu o Evangelho, obteve ampla difusão devido ao uso de um meio de comunicação emergente - a imprensa com tipos móveis. No século XXI está à disposição um recurso técnico - a informática - que dá à comunicação uma velocidade nunca vista antes. A Internet possibilita a difusão do Evangelho de forma espetacular.

O Portal www.luteranos.com.br dá visibilidade à IECLB no espaço da rede mundial de computadores (internet). Por meio dele pessoas tomam conhecimento dos conteúdos doutrinários e posicionamentos da Igreja. As comunidades, paróquias, sínodos, instâncias nacionais da Igreja, setores de trabalho, entidades, instituições e movimentos veiculam notícias e informações sobre a sua atuação. O portal torna-se uma vitrine que permite uma visão de conjunto do trabalho da Igreja tanto para membros como não-membros da Igreja. Ele procura apresentar a beleza, a amplitude e a diversidade de sua presença no Brasil.

A encarnação na realidade virtual permite às pessoas que navegam pela Internet um confronto com o Evangelho segundo a perspectiva da confissão luterana. Existe uma busca por conteúdos que animam a fé, esclarecem e mostram quem são os luteranos.

Neste meio acontece uma interação com internautas que pedem esclarecimentos sobre temas bíblico-teológicos, expõem temas de natureza pastoral, pedem informações sobre a Igreja, o mundo religioso e temas correlatos. O portal é contatado por pessoas desencantadas com o mundo religioso, sem vínculo religioso, em trânsito religioso e/ou em busca de sentido para a sua vida. Desde o início do portal em sua fase nacional deram entrada no portal 1200 mensagens.

Quanto à movimentação de internautas o portal chegou até setembro de 2008, a 2 milhões e 642 mil visitantes (3.041.239 em 2007) e a 3 milhões e 57 mil páginas visualizadas (3.460.059 em 2007). Foram inseridas 390 meditações, 320 mensagens no Livro de Visitas e em torno de 950 notícias.

A experiência da criação do Portal Luteranos em nível local e sinodal bem como a sua posterior transformação em meio de comunicação oficial da IECLB revela que, além de seu caráter informativo, ele tem um enorme potencial evangelizador e missionário.

2.6.5. Planejamento

As ações na área do planejamento são boas, mas ainda insuficientes. Focamos nossos esforços, neste biênio, naquelas áreas onde deveríamos nos adequar para melhor atingir o propósito de *Cuidar bem do bem da IECLB*, a partir dos parâmetros dados pelos documentos, como os normativos e o PAMI. Esses esforços passaram primeiro por uma avaliação da demanda.

2.6.5.1. Demanda

2.6.5.1.1. **Correspondência e telefonemas** – Em média dão entrada na Secretaria Geral 95 ligações/dia. A maioria delas é de consultas sobre finanças, regulamentos e procedimentos administrativos. Aumentam quando ocorre troca no cargo de Pastor Sinodal. A partir deste ano contamos com nova central telefônica.

A correspondência teve o crescimento previsto. O maior volume está no setor de Finanças (20%), seguido pelo “geral” (20% - estatutos de comunidade/paróquia, reuniões, Concílio, assessoria jurídica, estatística, reuniões...), setor da Habilitação (17%) e dos Ministérios (16,6%).

Embora o volume da correspondência e consultas telefônicas tenha tido crescimento dentro do esperado, o que constatamos é que a demanda de trabalho aumentou devido a fatores como:

- a) solicitações por informação mais dependente de pesquisa em múltiplas fontes, preferencialmente relacionadas entre si;
- b) exigência de respostas imediatas;
- c) crescimento do número de respostas que necessitam de amparo em documentos normativos, em pesquisa em legislação contábil e tributária, em pesquisa de decisões do Conselho da Igreja;
- d) processos recebidos que não passaram pelo Sínodo ou estão incompletos;
- e) encaminhamentos recebidos sem amparo normativo;
- f) encaminhamentos confusos por falta de clareza entre as competências pastoral e administrativa;
- g) falta de clareza da nova estrutura;
- h) pouco conhecimento das publicações do Boletim Informativo e da correspondência expedida pela Secretaria Geral.

Este quadro gerou dificuldades para:

- a) planejar e dar conta de questões maiores, estratégicas;
- b) aceitar convites para assessorias externas;
- c) realizar trabalho preventivo;
- d) monitorar a execução das decisões conciliares e do Conselho da Igreja;
- e) coordenar internamente entre si vários encaminhamentos da Secretaria Geral;
- f) fazer investimentos na área da capacitação administrativa e da comunicação;
- g) avaliar a eficiência de ações;
- h) reavaliar a qualidade do serviço prestado;
- i) investir em informação prévia aos conselheiros e conciliares;
- j) dar conta das expectativas.

2.6.5.1.2. **Expectativas** - De parte de comunidades, paróquias, instituições, obreiros e obreiras que entram em contato conosco, existe uma expectativa por orientação, atendimento e, principalmente, por acompanhamento em situações de crise. De parte do Conselho da Igreja existe uma expectativa por maior agilidade e apresentação de propostas de regulamentações; da Presidência, por maior apoio administrativo e de parte dos Sínodos, por apoio na resolução de problemas e não repasse de novas demandas administrativas.

Em geral, constata-se que aumentou a expectativa de que a Secretaria Geral:

- a) resolva os problemas, especialmente os de natureza jurídica e financeira; mesmo aqueles que não são de sua competência;
- b) seja ágil nas respostas e encaminhamentos;
- c) esteja atualizada no que se refere à Legislação contábil, fiscal, tributária, previdenciária;
- d) coordene melhor as demandas para os Sínodos;
- e) apresente proposta para definição de regulamentos;
- f) pense a IECLB.

As expectativas levantam a pergunta pela exata competência da Secretaria Geral, pela real função dos regulamentos e pela avaliação do funcionamento administrativo da estrutura.

2.6.5.2. Competência

O desempenho da Secretaria Geral está diretamente relacionado à definição do seu papel na estrutura organizacional da IECLB. Continuamos, neste biênio, a realizar estudos internos a respeito da nossa competência. Constatamos que:

- o bom desempenho da Secretaria Geral depende da clareza das demais instâncias sobre seus próprios papéis, não só na dimensão administrativa, mas considerando a organização enquanto corpo de Cristo / orquestra, o que pressupõe uma relação de cumplicidade, coordenação "motora" (pensando na figura do corpo), tarefas definidas, complementaridade;
- a falta de clareza sobre responsabilidades e competências abre espaço para decisões e encaminhamentos equivocados, gera tensões e desgastes, faz sofrer, em especial, comunidades e obreiros; sofre o corpo todo;
- a descentralização da organização da IECLB ainda não foi suficientemente absorvida: ainda são tomadas decisões e feitos encaminhamentos, tanto pela Direção da Igreja como pela Secretaria Geral e pelos próprios Sínodos, sem consciência clara dessa descentralização;
- o Concílio, ao aprovar a reestruturação, colocou a dimensão administrativa ao lado da pastoral, para que as duas, de forma integrada, articulem e conduzam a vida da Igreja, cada qual na sua especificidade. É assim na Comunidade, na Paróquia, no Sínodo, na IECLB como um todo. Nessas esferas, a dimensão administrativa está representada por Presidentes e Secretários, a dimensão pastoral, pelos obreiros e obreiras. É nos Presbitérios e Conselhos, Assembléias e Concílios que essas dimensões (administrativa e pastoral) se encontram para definir os rumos da instituição.

A Constituição da IECLB não especifica o papel da Secretaria Geral no caput do artigo 37, apenas cita sua composição. Já o Regimento Interno afirma que a Secretaria Geral é o órgão executivo da administração da IECLB, cabendo-lhe resolver as questões administrativas e a execução do orçamento geral da IECLB, observando as decisões e diretrizes emanadas do Concílio e do Conselho da Igreja, e em conformidade com o disposto na Constituição, no Regimento Interno e nas demais normas complementares da IECLB (art. 81). O Dr. Milton Laske afirma que cabe à Secretaria Geral executar a atividade-meio da IECLB. Ela deve ter clareza quanto às suas atribuições, onde pode agir com autonomia e quando deve buscar orientação com a Presidência e quando precisa de autorização do Conselho da Igreja. Além disso, a Direção da Igreja deve dar-lhe condições de recursos humanos e materiais, para que possa desempenhar sua função com agilidade e eficiência, cabendo ao Conselho da Igreja dimensionar a estrutura adequada para a demanda existente, e estabelecer critérios para equacionar a questão a médio e longo prazos.

A Secretaria Geral, no serviço que presta, é supervisionada pela Presidência, a partir de sua competência de coordenar a atividade eclesial da IECLB, zelando por sua unidade e identidade confessional (Constituição, art. 36, inciso I). O controle é feito pelo Conselho da Igreja. É a ele que cabe verificar se estamos resolvendo corretamente as questões administrativas,

executando corretamente o orçamento aprovado e observando as decisões conciliares, as do próprio Conselho e os documentos normativos da IECLB.

2.6.5.3. Parâmetros para ação

Os parâmetros para as ações da Secretaria Geral são dados pela Constituição e pelo Regimento Interno da IECLB e demais documentos normativos. Essa é a segurança que toda a IECLB tem de que a Secretaria Geral exercerá corretamente suas atribuições. E isso é fundamental, não só para a saúde de todo o corpo IECLB, como também para o bom funcionamento da Secretaria Geral.

Quem estabelece os parâmetros dentro dos quais as administrações se movimentam são Concílios, Assembléias e Conselhos. São fruto de muita análise e decisões, algumas por consenso, outras por maioria. Na ausência desses parâmetros, administrações são cobradas por posicionamentos que não lhes cabem.

Por outro lado, o papel das administrações é de extrema importância para a qualidade dos parâmetros. Às instâncias decisórias cabe ouvir as administrações a respeito dos desdobramentos administrativos e jurídicos das decisões a serem tomadas. Neste sentido, a Secretaria Geral passou a fazer gradualmente todos os encaminhamentos ao Conselho da Igreja com base em pareceres administrativos. Nesse processo, ao fundamentar os encaminhamentos nos documentos normativos, constatamos:

- há normas claras na IECLB, mas nem sempre são observadas;
- não há definição sobre como proceder administrativamente nas situações em que as normas são desobedecidas;
- este fato, em especial, reforça a tendência de regulamentar as situações que não se enquadram nas normas, tornando os regulamentos mais complexos;
- quanto mais complexos os regulamentos, maior torna-se a carga administrativa e o risco da burocratização consumir parte valiosa da energia e dos recursos que deveriam estar voltados ao cumprimento da finalidade da IECLB de propagar o Evangelho;
- nesse processo, pode-se cair no equívoco de regulamentar antes de definir claramente o que se quer alcançar, sem avaliar, com o devido tempo e cuidado, quais riscos se está disposto a correr e quais as implicações das decisões para a unidade da IECLB. E esta questão precisa passar pela pergunta sobre as reais condições dadas a Conselhos e Concílios para decidir e regulamentar.

Entendemos que, nesse aspecto, a IECLB tem diante de si dois caminhos:

- a) continuar regulamentando, e burocratizar-se mais e mais ou
- b) investir na busca por diálogo sobre aspectos fundamentais para a unidade da IECLB – pastoral e administrativa – e em conscientização sobre o compromisso com as definições tomadas em conjunto, para, então, regulamentar o necessário.

O segundo caminho é o mais difícil, mas é viável. Precisa envolver obreiros e presidentes, principais atingidos pelo excesso de regulamentações. Para isso, também é preciso superar alguns obstáculos que fazem parte de nossa cultura eclesial.

2.6.5.4. Cultura Eclesiástica

Oscar Motomura, especialista em gestão, afirma – e isto enriqueceu nossa reflexão - que a decisão por mudança em uma empresa passa por encarar primeiro os seguintes obstáculos:

- a) cultura de críticas e diagnósticos, onde todos sabem onde estão os problemas de todos, onde há muitas críticas às áreas dos outros, muitos estudos e diagnósticos, algumas idéias para solução, pouquíssima ação, baixo envolvimento e comprometimento;
- b) cultura de palpites e idéias irresponsáveis, com muita gente palpitando sobre a área dos outros ou sobre o que resolveria todos os problemas da organização, com idéias jogadas ao ar de forma irresponsável;
- c) cultura de queixas e lamentações, tornando as pessoas insensíveis às oportunidades;
- d) cultura do ceticismo e negativismo, definida pelas pessoas que não acreditam na possibilidade de se criar uma organização cada vez melhor, mas que buscam permanentemente evidências que mostrem o pior;
- e) concepção de que, uma vez tomada, a decisão está automaticamente implantada. “Uma gestão que faz acontecer exige líderes que dêem o devido valor à implementação e invistam a devida energia (inclusive deles próprios), para assegurar que o resultado efetivamente apareça.” (fonte: Gestão do Fazer Acontecer, em www.oscarmotomura.com.br)

Ao nos depararmos com o texto de Motomura, em uma de nossas reuniões de planejamento, tivemos que puxar um novo fôlego e nos avaliarmos internamente. Tomamos a liberdade de acrescentar mais dois obstáculos:

- f) cultura do ideal, onde nada é bom o suficiente, onde as pessoas não se alegram com pequenas conquistas, nem com as próprias nem com a dos outros;
- g) cultura de achar que a solução depende sempre e apenas dos outros.

A tarefa de superar esses obstáculos é lenta, exige cuidado pastoral, sensibilidade, clareza de relações, oração, muita dedicação, compromisso de todos, vontade de mudar e reflexão à luz da palavra de Deus.

2.6.5.5. Estrutura

Estrutura é a forma de a IECLB se organizar local, sinodal e nacionalmente. É a ordem em que os grupos de instrumentos estão dispostos numa orquestra: os de percussão estão atrás, os violinos na frente, outros do lado direito, outros do lado esquerdo, sempre tendo em vista seu papel na execução da obra. Esta organização é assim onde houver uma orquestra. Na IECLB é diferente: ela pode se organizar e ir aprimorando sua organização, conforme as necessidades. Hoje é assim que precisamos de uma administração central. Talvez chegue o dia em que todos concluam que ela não é mais necessária, não porque é pesada ou cara, e sim porque os serviços que presta para a unidade da Igreja estão garantidos de outra forma.

A estrutura que temos hoje foi sendo construída desde que as primeiras comunidades resolveram reunir forças e se amparar umas nas outras, unidas pela mesma confissão, a fim de proclamar o Evangelho. Hoje ela é mais complexa: há níveis diferentes de decisão e naturezas de ação complementares. Mas o propósito inicial é o mesmo.

A Secretaria Geral é uma das partes dessa estrutura, não mais e nem menos importante que qualquer outra parte. Tem função específica, definida pelo todo, a quem cabe pensar a IECLB pastoral, teológica e administrativamente.

Temos constatado um esvaziamento do sentido original de concílios, assembléias, conselhos como instâncias que, - por serem formadas por representantes autorizados -, têm a legitimidade para decidir sobre questões que dizem respeito a todos, como políticas, critérios e planejamentos. Isto afeta diretamente as administrações, que:

- são cobradas por decisões e medidas que não lhes compete definir;
- têm de investir esforços para legitimar as decisões tomadas pelos órgãos diretivos, por exemplo, as do Concílio.

Constatamos também que a descentralização da IECLB em unidades sinodais trouxe à estrutura uma nova dimensão, ainda não suficientemente debatida: toda empresa ou instituição, ao descentralizar sua produção ou ação, o faz a partir de compromissos claros de parte a parte. Quais são os compromissos válidos na IECLB? Por vezes, alguns encaminhamentos dão a entender que as decisões de um Concílio, a Constituição e o Regimento Interno da IECLB são válidas apenas para a Direção da Igreja e para a Secretaria Geral. Outras vezes os Sínodos têm tolhida a liberdade que a descentralização lhes confere, por exemplo, para resolver questões administrativas que ocorrem em sua área de abrangência. Até que ponto a falta de critérios claramente definidos, cuja competência é do Concílio, não emperra a dinamicidade que a reestruturação quis introduzir na IECLB?

2.6.5.6. Metas e objetivos

As metas que traçamos para alcançar o propósito de *cuidar bem do bem da IECLB* nesse biênio, foram:

2.6.5.6.1. tornar mais claro o papel da Secretaria Geral:

Os objetivos que delineamos para alcançar essa meta foram:

2.6.5.6.1.1. realizar o levantamento de todas as atribuições da Secretaria Geral, à luz dos documentos normativos da IECLB. Em fase de conclusão, este estudo revelou que as atribuições precisam ser analisadas dentro dos seus contextos e relacionadas às responsabilidades das demais instâncias. Para o bem de todo o corpo, precisamos ter muito claro onde inicia a responsabilidade da outra instância em cada uma de nossas atribuições. Vemos, portanto, uma necessidade grande no sentido de aperfeiçoar os processos da instituição, onde cada instância

assume integralmente sua competência. Os pareceres administrativos, ao ampararem os assuntos nas normas da IECLB, estabelecem claramente os encaminhamentos a serem feitos.

2.6.5.6.1.2. informar as demais instâncias sobre a competência da Secretaria Geral. As reuniões internas de planejamento geraram uma maior consciência sobre o papel da Secretaria Geral, capacitando melhor os Secretários e Secretárias nas orientações sobre encaminhamento dos assuntos e na confecção dos pareceres administrativos. Em nível de IECLB, foram veiculadas nas últimas edições do Jornal Evangélico Luterano matérias sobre a tramitação de assuntos, até chegarem ao Concílio, e a competência de algumas instâncias. Além disso, várias palestras do Secretário-Geral em encontros sinodais tematizaram o modelo eclesiológico da IECLB.

2.6.5.6.1.3. criar um site da Secretaria Geral junto ao portal da IECLB;

2.6.5.6.1.4. pleitear, junto Conselho da Igreja, a definição de políticas e planejamento para a IECLB nas áreas de Finanças, Formação, Ação Comunitária, Ministérios, Missão, Administração. Para alcançar esse objetivo, temos investido, na medida do possível, em pareceres administrativos fundamentados em dados e descrição de necessidades, como aqueles que solicitam definição da inserção eclesial das instituições e setores de trabalho que atuam no âmbito da IECLB.

2.6.5.6.2. promover a valorização da administração na IECLB, a integração e cooperação das administrações

Os objetivos que delineamos para alcançar essa meta foram:

2.6.5.6.2.1. reforçar a necessidade de pareceres administrativos para todos os assuntos tratados: as esferas administrativas e pastoral devem atuar de forma integrada, cada qual considerando os argumentos do outro. Isto vale para todos os níveis da IECLB: local, sinodal e nacional. Estamos avançando, mas há ainda muito a conquistar neste sentido;

2.6.5.6.2.2. promover ações de capacitação administrativa de lideranças: Lideranças despreparadas geram conflitos desnecessários e, muitas vezes, acabam desmotivadas e desmotivando. Se as lideranças não tiverem clareza da sua missão, a instituição se transforma numa orquestra desafinada. As instâncias diretivas, juntamente com a Secretaria Geral, devem envolver-se, interagir e articular muito mais, no sentido de impulsionar esforços numa mesma direção, mobilizando a todos. Precisamos trabalhar intensamente a atualização do modelo de estrutura que ainda reina na cabeça de muitas pessoas. O desafio não é as lideranças apenas "se preocuparem com", mas se envolverem e participarem no processo de mudança proposto na reestruturação. O exercício do planejamento estratégico *em todos os níveis* na IECLB, por exemplo, é desafio colocado desde 2000 (Pami). Ainda assim, não aconteceu de forma satisfatória. O atual modelo de estrutura da IECLB não é mecanicista, mas pressupõe participação e comprometimento;

2.6.5.6.2.3. realizar encontros com secretários executivos, presidentes e pastores sinodais: Estamos prevendo o agendamento desses encontros após a implantação do programa de processos informatizados.

2.6.5.6.3. consolidar a reorganização da Secretaria Geral:

Os objetivos que delineamos para alcançar essa meta foram:

2.6.5.6.3.1. otimizar a organização interna: Encaminhamos ao Conselho da Igreja, em março de 2005, a proposta de reorganização, que foi aprovada. Posteriormente, constatamos a necessidade de reativar a Secretaria de Finanças (antiga Secretaria de Economia) e de transformar a Coordenação de Habilitação em Secretaria. Assim passamos a ter no nível estratégico um responsável para cada uma das principais áreas de atuação da Secretaria Geral: Ação Comunitária, Finanças, Formação, Habilitação ao Ministério, e Ministério com Ordenação. Permanece no ar a discussão a respeito da necessidade de uma Secretaria ou Gabinete responsável pela administração interna, visto tratar-se de uma demanda crescente e carente de melhor acompanhamento;

2.6.5.6.3.2. preencher os cargos vagos: A Secretaria da Ação Comunitária e a Coordenação de Gênero, Etnias e Gerações foram preenchidas em agosto de 2008. Acreditamos poder dar a partir de agora melhor apoio e assessoria aos projetos e às instituições e setores de trabalho, como OASE, Legião Evangélica, Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, OGA, COMIN, CAPA, centros sociais.

2.6.5.6.3.3. elaborar novo Regimento Interno para a Secretaria Geral: a intenção era de apresentar uma proposta ao Conselho da Igreja em novembro de 2007, mas preferimos aprofundar os estudos sobre as atribuições da Secretaria Geral, para só então iniciar a elaboração de um novo regimento;

2.6.5.6.4. qualificar os serviços prestados da Secretaria Geral:

Os objetivos que delineamos para alcançar essa meta foram:

2.6.5.6.4.1. investir na informatização dos processos. A medida mais efetiva nessa área dar-se-á através do Banco de Dados de Processos Administrativos, que está em fase de elaboração técnica. Concluída esta fase, o programa exigirá a descrição das etapas de cada processo administrativo, com base nas normas existentes. Estrategicamente, a construção deste banco leva em conta e tem por objetivo, através da disponibilização dos processos on-line: (1) uma maior integração entre os três níveis administrativos da IECLB, (2) a disponibilização para os obreiros e obreiras de recursos mais ágeis para o encaminhamento das questões de sua vida ministerial, (3) a racionalização dos processos administrativos, (4) a redução do custo administrativo. A meta é disponibilizar essa ferramenta até o final de 2009, num primeiro momento, aos Sínodos e obreiros e, depois, para os Presidentes paroquiais, de instituições e setores de trabalho.

2.6.5.6.4.2. investir em novo banco de dados via internet;

2.6.5.6.4.3. disponibilizar mais recursos para a tomada de decisão: a estatística anual da IECLB está sendo analisada e diversos levantamentos estão sendo feitos, como os já disponibilizados no Fórum da Formação Teológica;

2.6.5.6.4.4. investir mais tempo na implementação do processo de gestão de pessoal. A medida administrativa com maior impacto interno nesse biênio foi a do processo de gestão de pessoal, que, com assessoria especializada, aprofundou os estudos, contemplando a estruturação do perfil dos cargos, definição de competências e de indicadores de desempenho. O processo está inserido na avaliação maior do aporte necessário para fazer frente à demanda administrativa geral da IECLB, da elaboração do novo regimento interno da Secretaria Geral e da constante busca por redução de custos, aliada à qualificação dos serviços prestados;

2.6.5.6.4.5. criar condições para que a Secretaria Geral possa absorver novas demandas, como as decorrentes do PAMI e de novas regulamentações;

2.6.5.6.4.6. investir na desburocratização dos processos. A intenção é a de disponibilizar ao Conselho da Igreja em 2009 um levantamento completo do trâmite de cada processo, acompanhado de diagnóstico administrativo.

2.6.5.6.5. promover a desburocratização da IECLB:

Os objetivos que delineamos para alcançar essa meta foram:

2.6.5.6.5.1. realizar o mapeamento de todos os processos administrativos. A previsão é de que estes estudos iniciem ainda em 2008 após o encaminhamento de todos os assuntos deste Concílio;

2.6.5.6.5.2. propor ao Conselho da Igreja a fixação de critérios de princípio válidos para todos os procedimentos administrativos;

2.6.5.6.5.3. apresentar ao Conselho da Igreja proposta de revisão dos processos administrativos;

2.6.5.6.5.4. promover, no que nos compete, a descentralização da IECLB.

3. Palavra Final

Como instância que dá retaguarda e busca dar a sua parcela de contribuição para que a orquestra chamada IECLB possa realizar com paixão a missão que lhe foi confiada por Deus neste país, queremos servir a Ele e aprofundar ainda mais nosso compromisso de *cuidar bem do bem da IECLB*. Temos clareza de que, como parte desta estrutura da orquestra, só tocaremos música boa, se, além de afinarmos nossos instrumentos, estivermos afinados uns com os outros e conscientes da missão que nos foi confiada.

Queremos ser uma instância eficiente, porque acreditamos que administrações eficientes, em todos os níveis da IECLB, são decisivas para que a igreja faça frente, com melhores condições, à sua finalidade de propagar o Evangelho, de estimular a vivência evangélica, de promover a paz, a justiça e o amor e de participar do testemunho do Evangelho no País e no mundo (Constituição, art. 3).

Acreditamos que a consolidação de uma IECLB ativa e inovadora, capaz de dar um testemunho vibrante e de fazer a diferença, passa nas próximas décadas, (1) pelo reconhecimento da importância estratégica das administrações em nível comunitário/paróquial, sinodal e na Secretaria Geral, (2) por investimentos na área administrativa, não só financeiros, mas também de

formação e capacitação, (3) pela definição dos critérios sobre o que nos une, para podermos exercer a descentralização e (4) pela clareza dos papéis.

Agradecemos pelo apoio recebido neste biênio. Como Secretário-Geral, expresso meu especial agradecimento à Presidência, ao Conselho da Igreja e à Diretoria, pelo apoio; aos Presidentes Sinodais, Pastora e Pastores Sinodais, pela dedicação nas causas conjuntas; aos presidentes de paróquia e de comunidades pela parceria e aprendizagem; aos dirigentes de instituições e setores de trabalho, pela busca conjunta de soluções; às Igrejas-Irmãs e entidades conveniadas, pelo apoio fraterno e troca de experiências; aos colaboradores e colaboradoras da Secretaria Geral - também àqueles que deixaram de fazer parte da equipe para buscar novos rumos -, pela dedicação e empenho em favor do propósito da Secretaria Geral de *cuidar bem do bem da IECLB*.

No ano que antecede ao centenário do nascimento do ex-Pastor Presidente Ernesto Schlieper, é com suas sábias palavras que concluímos nossa prestação de contas aos conciliares do XXVI Concílio:

"Temos que trilhar o nosso caminho muito conscientes de que somente a ação de Deus poder fazer dele um bom caminho de igreja, sempre abertos e prontos para aceitar que este caminho também pode ser diferente do que nós pensamos hoje".

P. Dr. Nestor P. Friedrich
Secretário-Geral

Co-autoria:
Romeu R. Martini, Ingrid Vogt, Edson E. Streck, Amauri J. Ludwig, , Haidi Drebes, Cerise Pahl